



ISPA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

**O FUNCIONAMENTO FAMILIAR, A
IDEAÇÃO SUICIDA E O SUPORTE SOCIAL
NO DESEMPREGO: QUE RELAÇÃO?**

Patrícia Alexandra Cardoso Gonçalves

**Orientadora de Dissertação:
PROFESSORA DOUTORA MARIA GOUVEIA-PEREIRA**

**Coordenadora de Seminário de Dissertação:
PROFESSORA DOUTORA MARIA GOUVEIA-PEREIRA**

**Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:
MESTRE EM PSICOLOGIA
Especialidade em Psicologia Clínica**

2014

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de
Doutora Maria Gouveia-Pereira, apresentada no ISPA –
Instituto Universitário para obtenção de grau de Mestre na
especialidade de Psicologia Clínica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço antes de mais, aos meus pais, irmã, namorado e aos verdadeiros amigos pelo apoio incondicional, pelo carinho, pelo incentivo, tanto nos momentos de entusiasmo como de dúvida pelas dificuldades subjacentes a esta realização.

À minha amiga e eterna Mónica José, que estará sempre no meu coração, pela presença, pela compreensão, enfim, por me ter sempre ouvido, dado opiniões, acalmando-me e dando-me força e que infelizmente, não me acompanhou até ao fim deste percurso.

À minha coordenadora de Seminário de Dissertação, a Dr^a Maria Gouveia-Pereira, pela orientação, exigência e rigor exigidas no trabalho, contribuição pelas sugestões e observações, pela reflexão e aprendizagem.

A algumas colegas do Seminário de Dissertação, em que juntas, partilhámos sugestões, conhecimentos e inquietações.

Ao Hugo Gomes, pelo apoio e ajuda no tratamento estatístico.

Às Juntas de Freguesia envolvidas, pela ajuda na recolha de dados.

E por fim, a todas as famílias que se disponibilizaram a participar na investigação, sem elas, esta não teria sido possível.

NOME: Patrícia Alexandra Cardoso Gonçalves

Nº 18779

CURSO: Mestrado Integrado em Psicologia

ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO: Psicologia Clínica

ANO LECTIVO: 2013/2014

ORIENTADORA: Professora Doutora Maria Gouveia-Pereira

DATA: 2 de Dezembro de 2014

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: O Funcionamento Familiar, a Ideação Suicida e o Suporte Social no Desemprego: Que Relação?

RESUMO

Face às últimas taxas de desemprego e às falhas a nível relacional na literatura relativamente a esta temática em Portugal, torna-se importante estudar a relação do desemprego com o funcionamento familiar, com a ideação suicida e com o suporte social.

Logo, este estudo tentou analisar se o funcionamento familiar e os níveis de ideação suicida variam em função da situação profissional da família (com emprego *vs* sem emprego) e dos elementos familiares (pai *vs* mãe *vs* filho adolescente), e também se esses mesmos níveis variam em função do suporte social (baixo *vs* alto).

Para isso, o estudo contou com uma amostra constituída por 34 famílias (102 participantes- 68 pais e 34 filhos adolescentes), sendo que destas 18 encontravam-se no desemprego. Os participantes responderam a um Questionário Sociodemográfico, à Escala da Flexibilidade e Coesão Familiar (FACES IV- Olson, 2011), à Escala de Satisfação com o Suporte Social (ESSS- Ribeiro, 1999) e ao Questionário de Ideação Suicida (QIS- Ferreira & Castela, 1999).

Os resultados, ao contrário do esperado, indicam-nos que não existem diferenças ao nível do funcionamento familiar entre as famílias com e sem emprego e nos elementos familiares, bem como, ao nível da ideação suicida entre o suporte social baixo e alto. No entanto, de acordo com o esperado, observou-se um efeito principal da situação profissional na ideação suicida ($F(1)=10.06$, $p= .002$), ou seja, as famílias sem emprego ($M= 1.84$) apresentam maior ideação suicida, do que as famílias com emprego ($M= 1.11$). Sendo que, no que conta aos elementos, não se verificaram diferenças.

Palavras-chave: Desemprego, Funcionamento Familiar, Ideação Suicida e Suporte Social.

DISSERTATION TITLE: The Family Functioning, the Suicidal Ideation and Social Support in Unemployment: What Relationship?

ABSTRACT

Given the latest unemployment rates and the fault relational level in the literature level on this issue in Portugal, it is important to study the relationship of unemployment, with family functioning, with suicidal ideation and social support.

Therefore, this study attempted to examine whether the family functioning and levels of suicidal ideation vary according to the employment status of household (employed vs. unemployed) and family members (father vs mother vs teen), and also if those same levels vary according to the social support (low vs high).

For this, the study included a sample of 34 families (102 participants- 68 parents and 34 teenagers), and of these 18 were in the unemployment. Participants completed a Demographic Questionnaire, the Scale Flexibility and Family Cohesion (FACES IV Olson, 2011), the Satisfaction Scale with Social Support (ESSS- Ribeiro, 1999) and the Suicide Ideation Questionnaire (QIS- Ferreira & Castela, 1999).

The results, on the opposite to expectations, show us that there are no differences in family functioning between families with and without employment and family members, as well as, at the level of suicidal ideation between low and high social support. However, according to the expected, there was a main effect of employment status in suicidal ideation ($F(1) = 10.06, p = .002$), in other words, families without employment ($M = 1.84$) have higher suicidal ideation, than households with employment ($M = 1.11$). And, with regard to the elements, there were no differences.

Keywords: Unemployment, Family Functioning, Suicidal Ideation and Social Support.

Índice

Introdução	10
<u>Capítulo I- Enquadramento Teórico:</u>	
A Família:	
Aspectos e funcionamento familiares	11
O Modelo Circumplexo	13
Os cinco axiomas da comunicação	15
Stress e crise familiares	16
A Adolescência:	
Família com filhos adolescentes	17
Tarefas de desenvolvimento e a importância da família nesta fase de desenvolvimento	19
O Desemprego:	
O fenómeno do desemprego e o seu impacto a nível dos subsistemas conjugal e parental	22
A Ideação Suicida:	
Comportamento suicida: a ideação suicida	26
Factores de risco e de protecção da ideação suicida	28
O Suporte ou o Apoio Social:	
Conceito, importância e tipologias	35
<u>Capítulo II- Objectivo e Hipóteses do Estudo</u>	41
<u>Capítulo III- Método:</u>	
Participantes	44
Instrumentos:	
1) FACES IV	46

2) Escala de Satisfação com o Suporte Social (ESSS)	48
3) Questionário de Ideação Suicida (QIS)	48
Procedimento	50
<u>Capítulo IV-Análise e Discussão dos Resultados:</u>	
Análise dos Resultados:	
Situação Profissional Familiar, Elementos Familiares e Funcionamento Familiar	51
Situação Profissional Familiar, Elementos Familiares e Ideação Suicida	54
Situação Profissional Familiar, Suporte Social e Ideação Suicida	55
Discussão:	
Situação Profissional Familiar, Elementos Familiares e Funcionamento Familiar	56
Situação Profissional Familiar, Elementos Familiares e Ideação Suicida	57
Situação Profissional Familiar, Suporte Social e Ideação Suicida	57
Limitações, Considerações finais e Propostas para futuros estudos	59
Referências	61
Anexos:	
-Anexo A: Carta formalizada para pedido de colaboração a instituições	71
-Anexo B: Questionários:	
1) Folha de apresentação da investigação e da investigadora às famílias	72
2) Folha de rosto	73
3) Questionário sociodemográfico para os pais	74
4) Questionário sociodemográfico para os filhos adolescentes	76
5) Instrumentos	77

Lista de Tabelas

Tabela 1: Análise de Fidelidade das Dimensões do FACES IV	48
Tabela 2: Análise de Fidelidade das Dimensões da ESSS	49
Tabela 3: Análise das Correlações de Pearson dos Três Rácios do Modelo Circumplexo e das Escalas de Comunicação e Satisfação Familiares	53

Lista de Figuras

Gráfico 1: Percentagens das Escolaridades dos adultos (pais) participantes	44
Gráfico 2: Percentagens das Escolaridades dos adolescentes (filhos) participantes	44
Gráfico 3: Percentagens da Situação Profissional dos adultos (pais) participantes	45
Quadro 1: Fórmulas para o Cálculo dos Três Rácios do Modelo Circumplexo de Olson	52

INTRODUÇÃO

O desemprego é entendido como uma situação que implica uma ausência de carga de trabalho, quase sempre involuntária, sendo uma condição potencialmente adversa de trabalho, com consequências ao nível pessoal e relacional na vida dos indivíduos (Vaz Serra, 2007). A maior parte da investigação que tem sido realizada sobre o impacto desta situação tem evidenciado, principalmente, o impacto desta no plano individual, e os poucos que existem, já são dos anos 80 e 90.

Face à situação económica actual de Portugal, entende-se, por isso, que muitas pessoas, casais e famílias, estejam a ser prejudicados por esta situação adversa, mas ainda são poucos os estudos nacionais que se preocupam sobre as implicações do desemprego sobretudo ao nível relacional. Sabe-se, que a crise económica parece ter repercussões importantes na dinâmica e no funcionamento familiares, quer no desenvolvimento das crianças e dos jovens e nas relações conjugais tende a causar instabilidade e conflitos (Sant, 1997).

Também na literatura continuam a ser escassos os estudos que têm como intuito a relação entre a situação profissional familiar, o funcionamento familiar, a ideação suicida e o suporte social, sendo que estas questões parecem apenas ser bem documentadas nos Estados Unidos da América. Portanto, seria interessante descobrir se elas são igualmente confirmadas na população portuguesa.

Assim, no primeiro capítulo, será apresentado um enquadramento teórico sobre os temas – Família, Adolescência, Desemprego, Ideação Suicida e Suporte Social - que justificam a intenção da realização deste estudo. No segundo capítulo, serão apresentados o objetivo e as hipóteses do estudo, no terceiro capítulo o método e, no quarto capítulo serão expostos e analisados os resultados e a sua respectiva discussão. Por fim, ainda apresentar-se-á algumas limitações, considerações finais e propostas para futuros estudos que se consideram mais relevantes.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A Família

Aspectos e funcionamento familiares

A família é um lugar privilegiado para a elaboração e aprendizagem de dimensões significativas da interacção, como os contactos corporais, a linguagem, a comunicação, as relações interpessoais, entre outras. Para Alarcão (2000) é ainda, um espaço onde se vive relações afectivas profundas, como a filiação, a fraternidade, o amor, a sexualidade, onde as emoções e os afectos positivos e negativos vão dando consistência a um sentimento de identidade em que, somos e pertencemos àquela família e não a outra qualquer. Por outras palavras, Gameiro (1994) diz-nos que a família é uma rede complexa de relações e emoções, que não pode ser pensada isoladamente e que a sua descrição não é suficiente para comunicar a riqueza e complexidade relacional desta rede.

Face a isto, a família deve ser vista como um todo, isto é, devemos ‘ler’ sistematicamente a família. Deste modo, ela é um sistema, uma totalidade organizada por membros sólidos, que podem revelar-se apenas uns em relação aos outros, de acordo com o seu lugar nessa totalidade (Watzlawick, Beavin & Jackson, 1967). Para Bertalanffy (1975), um sistema é um conjunto de objectos com inter-relações mútuas. Assim, um sistema é um conjunto de objectos com as relações entre os objectos e entre os atributos (Hall & Fagen, 1956), em que os objectos são os componentes ou as partes do sistema e os atributos são as propriedades dos objectos e das relações que dão coesão ao sistema todo. Assim, como diz Watzlawick, Beavin e Jackson (1967), existe sempre alguma espécie de relação, por mais inoportuna que seja, entre quaisquer objectos.

Desta forma, Sampaio e Gameiro (2002) vão de encontro com estes autores definindo a família como um sistema, um conjunto de membros ligados por um conjunto de relações, em constante relação com o exterior, que mantém o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento percorrido através de estádios de evolução diversificados. Este exterior “é o conjunto de todos os objectos em que cujos atributos afectam o sistema e também daqueles objectos cujos atributos são mudados pelo comportamento do sistema” (Watzlawick, Beavin

& Jackson, 1967, p. 110). Sendo assim, podemos indagar que a família é um grupo social que deve atender a várias funções básicas, a função económica, biológica, educacional, cultural, emocional e espiritual (Sant, 1997).

Em suma, a família é um sistema, composta por objectos, atributos e relações e, insere-se dentro de sistemas maiores (i.e., comunidade) e contém subsistemas, todos eles ligados de forma hierarquicamente organizada, possuindo limites que a distinguem do seu ambiente (Sant, 1997).

Estes subsistemas são rodeados por fronteiras/limites, em que o grau de abertura ou fechamento destes, são considerados por Minuchin (1988) como normas que definem quem participa num subsistema e o modo como o faz, é variável conforme as próprias famílias e o momento de evolução que atravessam. Para este autor existe assim, três grandes tipos de fronteiras que nos permitem, respectivamente, distinguir vários tipos de famílias e funcionamento familiares: as fronteiras difusas que dão origem às famílias ditas emaranhadas, que são famílias onde não existe diferenciação entre os elementos; as fronteiras claras que dão origem às famílias ditas equilibradas, que são famílias que funcionam pela troca de influências entre os elementos; e as fronteiras rígidas, que dão origem às famílias ditas desmembradas, que são famílias em que os seus elementos funcionam individualmente. Neste sentido, a função das fronteiras é de proteger a diversidade dos sistemas e para um bom funcionamento nas famílias é necessário, por isso, que as fronteiras da família sejam nítidas e definidas. Assim, os membros vão desenrolar as suas funções, sem interferências, mas mantendo sempre o contacto um com os outros. Ou seja, vão ter uma evolução favorável, onde existe hierarquias, limites e papéis claros, comunicação explícita e capacidade de adaptação à mudança, que vão promover a saúde em todos os membros, (Sant, 1997).

Assim sendo, podemos introduzir a questão do funcionamento familiar e a sua adequação resulta de um conjunto de dimensões que incluem a flexibilidade, a coesão, a comunicação e a satisfação entre os membros (Zicavo, Palma & Garrido, 2012). Entre os vários modelos que existem para estudar este aspecto da vida familiar, que é a compreensão do funcionamento dos sistemas familiares, o Modelo Circumplexo desenvolvido por Olson (2000) parece o mais relevante.

O Modelo Circumplexo

O Modelo Circumplexo de Olson (2011) é baseado em quatro principais dimensões do sistema familiar e conjugal: coesão, flexibilidade, comunicação e satisfação. Este autor descreve o que entende sobre o funcionamento dos sistemas familiares, através criação do *Mapa Conjugal e Familiar*, mais concretamente, da intersecção das duas primeiras dimensões em eixos diferentes, a coesão familiar no eixo horizontal e flexibilidade familiar no eixo vertical. A comunicação familiar não é representada no mapa, pois é vista como uma dimensão facilitadora das mudanças das outras duas dimensões. Bem como, a satisfação familiar também não o é, pois esta dimensão é como que um resultado fruto das outras três dimensões.

Mais tarde, durante a elaboração e aprofundamento deste modelo, Olson e Gorall (2006) verificaram que estas quatro dimensões têm uma enorme preponderância nos diferentes tipos de família que originam, assim como, na estabilidade e organização familiares. Posto isto, a coesão familiar é definida como a relação emocional que os membros familiares têm uns com os outros, existindo cinco níveis de coesão: a desligada- muito baixa, a pouco ligada- de baixa a moderada, a ligada- moderada, a muito ligada- de moderada a alta e a emaranhada- muito alta.

A hipótese relativamente a esta dimensão é que níveis equilibrados de coesão (de pouco ligadas a muito ligadas) tornam o funcionamento das famílias funcional. E consequentemente, os níveis dos extremos, a desligada e a emaranhada, são as que exigem uma maior atenção, pois são os níveis mais disfuncionais (Olson & Gorall, 2006) Deste modo, uma família funcionando saudavelmente exige que os seus membros deem côm na expressão de sentimentos, afectos e emoções dos outros membros e entre si, funcionando como um todo.

A flexibilidade da família refere-se à proporção de mudança que ocorre ao nível da liderança e dos relacionamentos (funções e regras). Por flexibilidade entende-se, o equilíbrio dos sistemas, se estáveis ou em constante mudança e igualmente existem cinco níveis de flexibilidade: a rígida- muito baixa, a estrutural- de baixa a moderada, a ‘flexibilidade flexível’- moderada, a ‘flexibilidade muito flexível’- de moderada a elevada e a flexibilidade caótica- muito alta (Olson & Gorall, 2006).

A hipótese no que conta a esta dimensão é que níveis equilibrados de flexibilidade (de estrutural a muito flexível) tornam as famílias funcionais e os extremos (rígida e caótica) são

as mais problemáticas para as famílias e movem-se através de seu ciclo de vida (Olson, 2011). Logo, uma família que funcione bem garante o crescimento e o desenvolvimento normal e equilibrado dos seus membros, facilitando-lhes as emoções e confrontando-lhes com os factos da vida (Mendoza, 2009).

No que conta à comunicação, esta diz respeito à facilitação do movimento sobre as outras duas outras dimensões mencionadas e o seu foco está na empatia e na escuta atenta que os membros têm uns com os outros. A hipótese desta dimensão é que, quanto maior for a qualidade da comunicação estabelecida entre os elementos da família, maior será a facilidade em alterar os níveis de coesão e flexibilidade (Olson & Gorall, 2006). Como também, os sistemas familiares mais equilibrados no que conta à flexibilidade e à coesão estabelecem, na maioria das vezes, padrões comunicacionais adequados e equilibrados, enquanto que nos sistemas familiares desequilibrados, existem maiores dificuldades na comunicação entre os membros.

Por fim, no que conta à dimensão da satisfação, esta é definida como o grau de felicidade sentido pelos membros da família. É possível medir este grau numa família, através da última escala (com 10 itens) do instrumento FACES IV, proporcionando um melhor entendimento deste modelo. A hipótese desta dimensão é que, por exemplo, um sistema familiar equilibrado, e por isso mais flexível, coeso, com padrões comunicacionais mais adequados e equilibrados, também é aquele que apresenta um maior nível de satisfação familiar. Nesta linha de pensamento, as famílias desequilibradas estarão menos satisfeitas com o seu sistema familiar do que as famílias equilibradas. Consequentemente, as famílias com níveis elevados de satisfação familiar terão uma comunicação familiar significativamente melhor do que as famílias com níveis baixos de satisfação (Olson & Gorall, 2006).

Assim, ao cruzarmos as dimensões da coesão e flexibilidade familiares, como vimos de cinco dimensões cada, o modelo faz surgir vinte e cinco estilos de relacionamentos familiares, onde é possível distinguir três grandes tipos de sistemas, os funcionamentos familiares funcionais ou equilibrados, meio-termo e disfuncionais ou desequilibrados.

A principal hipótese deste modelo é que os sistemas familiares e conjugais equilibrados (que se encontram no centro deste modelo) tendem a ser mais funcionais, do que os sistemas familiares de meio-termo e desequilibrados, que consequentemente são mais disfuncionais. Sendo que os modelos equilibrados são aqueles que possuem níveis equilibrados em ambas as dimensões, coesão e flexibilidade familiares, e que melhor protegem os seus membros do *stress* (Olson & Gorall, 2006), como por exemplo, o *stress* que provoca uma situação de desemprego.

Os cinco axiomas da comunicação

Sendo que a comunicação familiar não é representada no mapa, pois como vimos, esta é uma dimensão facilitadora das mudanças das outras duas dimensões, sentimos necessidade de a conhecer mais pormenorizadamente. Por isso leva-nos a pensar, o que é isto da comunicação?

Para nos ajudar compreender este conceito podemos pegar brevemente nos estudos de Watzlawick, Beavin e Jackson (1967), que nos ajudaram a perceber que é impossível não comunicar, o que não quer dizer que toda a comunicação é rica e ‘normal’. Para isso, contribuíram com cinco axiomas da comunicação, que nos esclarecem do que é realmente a comunicação.

O primeiro axioma diz-nos que “Não se pode não comunicar”, ou seja, tudo o que a pessoa diz ou faz, consciente ou inconscientemente, com propósito ou sem propósito é uma comunicação. Assim, existem variadíssimas estratégias de comunicação que o sujeito pode adoptar, como por exemplo, a rejeição da comunicação, a aceitação da comunicação, a desqualificação da comunicação, que podemos observar com a seguinte situação “o sujeito A poderá se defender por meio da desqualificação, sendo assim um mero silêncio uma comunicação (Watzlawick, Beavin & Jackson, 1967, p. 69/70).

Relativamente ao segundo axioma este afirma que “Toda a comunicação tem um aspecto de conteúdo e um aspecto de comunicação tais que o segundo classifica o primeiro e é, portanto, uma metacomunicação” (Watzlawick, Beavin & Jackson, 1967, p. 50). Isto para dizer que, toda a comunicação é uma informação sobre os factos, opiniões, sentimentos, experiências do sujeito que comunica, mas, também exprime (directa ou indirectamente) qualquer coisa sobre os interlocutores e por isso, constitui-se uma metacomunicação (Alarcão, 2000).

No que conta ao terceiro axioma este atribui a ideia que “A natureza de uma relação está na contingência da pontuação das sequências comunicacionais entre os comunicantes” (Watzlawick, Beavin & Jackson, 1967, p. 54). Isto é, numa comunicação, um interlocutor considera sempre o seu comportamento como uma resposta ao comportamento do outro interlocutor e por isso mesmo, um igual comportamento pode ser tomado de forma diferente, o que pode levar a ambivalências ou conflitos (Alarcão, 2000).

O quarto axioma da comunicação afirma que “Os seres humanos comunicam digital e analogicamente” (Watzlawick, Beavin & Jackson, 1967, p. 61). O quer dizer que, as pessoas

podem comunicar verbalmente (digitalmente), através das palavras, da linguagem, mas também podem comunicar não-verbalmente (analogicamente) a partir de por exemplo, posturas, gestos, expressões faciais, variação da voz, entre outras.

Por fim, o quinto axioma diz-nos que “Todas as permutas comunicacionais ou são simétricas ou complementares” (Watzlawick, Beavin & Jackson, 1967, p. 64). Declara portanto que respectivamente, as pessoas durante a comunicação podem reflectir acerca do comportamento do outro, pondo de parte as diferenças e amplificando as semelhanças entre eles ou podem exibir um comportamento que complementa o do outro,

Resumidamente, uma família que funcione bem é aquela onde a comunicação possibilita que os membros desenvolvam uma auto-estima positiva e estabeleçam uma identidade autónoma e independente. Criando assim no indivíduo, estima e reflexão face às recomendações e preocupações dos outros elementos para com o bem-estar dele, havendo conseqüentemente uma maior satisfação no ambiente familiar (Zicavo, Palma & Garrido, 2012).

Stress e crise familiares

É ainda importante denotar, que a família também apresenta um ciclo de vida, desde que nasce até que morre, ao longo do qual o seu desenvolvimento se vai complexificando, com o intuito de responder às tarefas de desenvolvimento quer do sistema, quer dos indivíduos que o compõe. Este desenvolvimento é marcado por momentos de mudança, crises que confrontam as etapas e geram *stress*. Isto para dizer, que existem várias crises que interferem na homeostase do sistema/família, por um lado, existem as crises normativas “que são momentos de mudança estrutural, que marcam as etapas de desenvolvimento da família, são esperadas e são transições normativas no ciclo evolutivo familiar”, por exemplo, a adolescência de um filho. E por outro lado, existem as crises inesperadas que “são momentos que não se fazem prever”, como por exemplo a situação de desemprego (Relvas, 2005, p. 50). O que nos faz afirmar então, que todas as famílias passam por crises normativas e por vezes, inesperadas, mas a diferença está na forma como dão ‘o pulo’ para a integração e construção do *stress* gerado pela crise. É por isso que Auloos (1996) afirma que nas crises inesperadas, não é o funcionamento da família que causou o problema, mas sim a pouca criatividade que houve por parte dos elementos para fazer frente face ao problema. Segundo, Gouveia-Pereira, Abreu e Martins (2014) “as situações de crise, ao serem momentos de instabilidade e

desequilíbrio, tornam mais evidente a organização, regras, papéis e fronteiras da família” (p. 171). Se esta instabilidade não é transformada, não atinge o equilíbrio, isto é, não se adapta e não se flexibiliza (Olson, 2000, cit por Gouveia Pereira, Abreu & Martins, 2014), então a coesão familiar vai tornar-se disfuncional, levando a situações como por exemplo, o divórcio. Assim sendo, existem famílias, que não conseguem sobreviver às crises, ou seja, sentem-se ameaçadas pela imprevisibilidade e dramatismo da mudança e por isso, não conseguem adaptar-se ao acontecimento e isso faz com que a crise afunde o sistema-família (Minuchin, 1988). Sendo que, a crise económica, mais nomeadamente o desemprego parece ter repercussões importantes na dinâmica familiar, nomeadamente no desenvolvimento das crianças e dos jovens e nas relações conjugais tende a causar instabilidade e conflitos (Sant, 1997).

A Adolescência

Família com filhos adolescentes

Alarcão (2000) entende como ciclo vital, um conjunto de etapas de vida que uma familiar atravessa desde o seu estabelecimento até ao seu desaparecimento, com características, tarefas, dificuldades e potencialidades específicas. Esta autora define cinco etapas do ciclo vital da família, designadamente: formação do casal, família com filhos pequenos, família com filhos na escola, família com filhos adolescentes e família com filhos adultos. No entanto, o que nos importa e aquilo que vai ser abordado é a etapa da família com filhos adolescentes.

Esta etapa da vida familiar é a etapa mais longa e mais difícil do ciclo vital da família, pois é um período de grandes mudanças, em que todos se tornam, estranhos uns aos outros e existe uma constante necessidade para que haja um equilíbrio entre as exigências do sistema familiar e as exigências do elemento adolescente (Alarcão, 2000). Isto é, por um lado, o adolescente começa uma progressiva experimentação e conquista da sua autonomia, por outro lado, a díade conjugal tem que (re) aprender a criar novos interesses, novos compromissos e onde a função parental deixa de ser o primeiro plano. Como igualmente é uma fase, em que os pais podem aproveitar para maximizar a produtividade e o amadurecimento profissionais.

Assim sendo, nesta fase existe uma maior dificuldade em estabelecer a comunicação entre os membros, principalmente entre pais e filhos adolescentes, havendo um aumento natural de tensão entre os membros do sistema familiar (Alarcão, 2000). E, devido à

experimentação nova do adolescente, acontece que alguns pais constroem um conjunto de fantasias negativas acerca destes, onde emergem receios de, por exemplo, violência, alcoolismo, falta de projecto de vida, etc. Face a este facto, os pais tentam resolver controlando demasiadamente os seus filhos, enchendo-os de proibições ou então, tornam-se demasiadamente tolerantes, com receio que os seus filhos se tornem ainda mais rebeldes (Segalen, 1999; Alarcão, 2000). Logo é importante que nesta fase, as regras sejam claras e ao mesmo tempo coerentes e flexíveis (Alarcão, 2000). Se isto não acontece, o adolescente pode sentir demasiado controlado ou abandonado, podendo adoptar comportamentos de risco, como forma de chamar atenção aos pais.

Alarcão (2000) constata que existem três principais alterações durante esta etapa do ciclo de vida: ao nível comportamental, cognitivo e dos afectos. Ao nível comportamental, no sentido que o adolescente afasta-se gradualmente em relação aos seus pais, passando mais tempo e partilhando tarefas e actividades com os seus pares. Este facto faz com que possa existir alguns conflitos e ambivalência de sentimentos, pois os pais sentem que o seu filho já não quer estar com eles e os filhos sentem que os pais o aborrecem e não lhe dão espaço para estar com outras pessoas. Assim, na relação pais-filhos, os pais passam a ser figuras de apoio de reserva, ou seja, não deixam de ser importantes, mas existe uma modificação ao nível da qualidade desta relação. Deste modo, é fundamental nesta relação, que ambas as partes expressem os aspectos negativos que vão acontecendo nesta fase.

Ao nível cognitivo, pois o adolescente passa a sentir necessidade de querer ter opiniões diferentes à das dos pais. Este facto também faz com que possa existir tensão no sistema familiar. Logo, é importante que os pais ajudem o adolescente a pensar nas suas próprias ideias, saber discuti-las, permitindo o desenvolvimento e autonomia intelectual do adolescente.

E ao nível dos afectos, devido ao adolescente começar a procura-los no grupo de pares, iniciando a sua vida amorosa. Estas mudanças podem levar também a conflitos e tensão no sistema familiar. Assim, é relevante que os pais deixem fluir e facilitem o desenvolvimento de relações saudáveis do adolescente com outros, tentando manter a relação com estes a mais pacífica e saudável possível.

Tarefas de desenvolvimento e a importância da família nesta fase de desenvolvimento

A palavra adolescência vem da palavra latina ‘*adelesco*’, que significa ‘*crescer*’. Sprintall e Collins (2003) definam este conceito é um processo que envolve algum sofrimento, pois exige o abandono de formas conhecidas relativamente à relação que o adolescente tem com o mundo e à reconstrução dessa relação.

Erikson (1968) defende que existem quatro fases da adolescência: a intimidade, o distanciamento, a genitalidade e a integridade. A primeira refere-se “à capacidade do adolescente, em desenvolver uma autêntica e mútua identidade psicossocial com uma outra pessoa, seja, na amizade, em encontros eróticos ou em inspiração conjunta” (p. 136). A segunda fase da adolescência consiste “na facilidade em repudiar, isolar e, destruir as forças pessoais cuja essência parece perigosa para o adolescente” (p. 136). A terceira fase da adolescência diz respeito “à capacidade do adolescente em desenvolver o amadurecimento da sua íntima mutualidade sexual com a plena sensibilidade genital e com uma capacidade de descarga de tensão do corpo” (p. 137). E por fim, a última e quarta fase da adolescência, corresponde “à aceitação pelo adolescente daqueles que se tornaram significantes para ele e que não podem ser substituídos. Nesta fase, existe um novo e diferente amor pelos pais e uma aceitação do facto de que a vida de cada um é de sua própria responsabilidade” (p. 137).

Assim sendo, a adolescência é um período de desenvolvimento de alta tensão e de mudanças importantes no corpo, nas ideias, nos sentimentos, nos comportamentos e nas relações.

Deste modo, existem alterações corporais da adolescência com base nas trocas hormonais que se dão nesta fase de desenvolvimento. Neste sentido, sabemos que na puberdade aceleram-se o crescimento físico e a maturidade sexual, isto é, o adolescente cresce em altura e o seu corpo muda de forma. E estas mudanças são muitas vezes “avassaladoras para os adolescentes, podendo provocar algumas dificuldades na auto-imagem, que pode ser vivida com um certo dramatismo” (Matos & Sampaio, 2009, p. 33). Por outras palavras, qualquer indivíduo tem uma auto-imagem formada de si próprio, mas é na adolescência, onde a verdadeira identidade se emerge e se solidifica.

Estudos realizados nos Estados Unidos da América por Harter (1999) mostraram um declínio marcante na auto-estima geral no início da adolescência, seguido por um aumento consistente após os 14/15 anos de idade. A pesquisadora acredita, que este declínio precoce na auto-estima deve-se em parte à transição do 4º ano para o início do 5º ano, que confronta as

crianças com maiores exigências acadêmicas e sociais, ao mesmo tempo, que as coloca na base da escala social da escola.

É na fase da adolescência que o jovem começa a desenvolver um pensamento mais elaborado, questionando-se sobre si próprio e sobre o que os rodeia, conseguindo diferenciar as suas ideias e opiniões, das ideias e opiniões dos outros (Bradley, Kramer, Garralda, Bower, Macdonald, Sibbald & Harrington, 2003). Com esta mudança ao nível do pensamento, o adolescente desenvolve novas necessidades face aos papéis desempenhados pelos vários elementos da família, sendo inevitável uma mudança na estrutura familiar. Também, pode acontecer que o *stress*, a confusão, o medo, a incerteza, a pressão para ter sucesso e a capacidade de pensar sobre as coisas a partir de um novo ponto de vista, influenciem as habilidades e capacidades do adolescente para resolver problemas e tomar decisões (Alfaro, Valdés, Suárez, Prado & Echemendía, 2010).

Assim, o fim da puberdade não só descreve alterações físicas determinadas hormonalmente, como também conduz a alterações emocionais (Rodrigues, 2000).

Os pares, as amigas e a família também têm um papel preponderante nesta fase conturbada da vida do adolescente, havendo modificações no comportamento e nas relações que se estabelecem entre os vários intervenientes.

Quando as crianças entram na adolescência, os seus relacionamentos sociais com os seus pares sofrem uma reorganização marcante (Lightfoot, Cole & Cole, 2008). A interação do adolescente com os seus pares, aumenta mais ainda do que durante a segunda infância, isto é, os adolescentes costumam estar mais tempo com os seus pares, do que com os seus pais e outros adultos. Consequentemente, o tempo cada vez maior que os adolescentes passam com os seus pares e a importância que atribuem aos relacionamentos com estes, faz mudar os relacionamentos com os seus pais. Assim, os adolescentes tornam-se mais distantes destes e recorrem mais aos seus pares, que os aconselham sobre várias questões (Paikoff & Brooks-Gunn, 1991).

As amigas também desempenham um papel fundamental na vida do adolescente, como foi demonstrado por Meeus e Dekovic (1995). Estes estudiosos conduziram um estudo de quase 3000 jovens holandeses entre os 12 e os 24 anos de idade, em que lhes foi pedido que pensassem que extensão é que se sentiam apoiados pelas pessoas fundamentais das suas vidas (i.e., mãe, pai, irmãos, amigos, colegas, etc). Assim, concluíram que o apoio dos colegas e dos amigos, foi avaliado como mais importante, do que o apoio dos membros da família.

Como já vimos, uma das tarefas de desenvolvimento que o adolescente deve concluir é construção da sua identidade, mas existe outra muito importante que Sampaio, Oliveira,

Vinagre, Gouveia-Pereira, Santos e Ordaz (2000) vêm referir, nomeadamente a autonomia em relação aos pais. Esta autonomia passa por uma maior independência relativamente às figuras parentais e, simultaneamente, um maior envolvimento afectivo-emocional com os amigos, permitindo ao adolescente um desenvolvimento psicossocial mais sereno. Estes autores pensam que a percepção que os filhos têm da forma como são tratados pelos pais, terá impacto na facilitação do processo de autonomia, na representação que os adolescentes têm de si próprios e na construção da sua identidade psicossocial. Relativamente à importância dos pais na construção da identidade do adolescente, estudos como o de Harold Grotevant e Cathrine Cooper (1998) ajudam a clarificá-lo. Estes estudiosos analisaram o papel desempenhado pelos relacionamentos sociais dentro das famílias na conciliação do processo da identidade, construindo uma tarefa de interacção familiar para avaliar a maneira como esses padrões de relacionamento, influenciavam o processo de exploração da identidade. A tarefa consistia em a mãe, o pai e o adolescente, fazerem planos para duas semanas de férias juntos. Esta família tinha apenas vinte minutos para fazer um plano diário, decidindo tanto o local de férias, como também, as actividades que iriam realizar em cada um dos dias. A partir deste estudo, eles supuseram que a exploração da identidade estaria relacionada com a individualidade (o adolescente devia criar o seu próprio ponto de vista) e a conexão (a família tinha que proporcionar uma base segura, que permitisse ao adolescente realizar as suas explorações). E concluíram que, os adolescentes que apresentavam pontuações mais altas de exploração de identidade viviam em famílias que apoiavam o direito de expressão dos seus próprios pontos de vista. Assim, os sistemas familiares mais eficazes para a promoção da aquisição da identidade, eram aqueles que ofereciam ao adolescente apoio e segurança, encorajando-o a criar uma identidade distinta (Grotevant, 1998).

Também, no caminho para a idade adulta surgem conflitos e mal entendidos no seio familiar, entre o adolescente e os seus pais, onde a dificuldade em comunicarem e em entenderem-se pode originar, dor, culpa, angústia e ressentimentos de ambas as partes (Fleming, Boyle & Offord, 1993). Uma investigação de Laursen, Coy e Collins (1998), no qual foi examinada a frequência e a intensidade dos conflitos dos adolescentes com os seus pais, chegou à conclusão que estes conflitos eram mais elevados no início da adolescência, depois diminuíam a meio da adolescência e mais tarde declinavam.

Por isso, a adolescência “gera mais dúvidas e certezas desproporcionadas e requer maior experimentação e necessidade de explorar, apaixonar, odiar, aproximar, repelir, tentar (...), sempre em busca de contornos inatingíveis e limites transgressíveis” (Sampaio et al, 2000, p. 11). Posto isto, é importante frisar que apesar de termos visto que a adolescência é

um processo ou uma fase de desenvolvimento inevitável na existência humana, existem adolescentes com a mesma idade, que podem apresentar níveis de maturação biológica e social diferentes (Matos & Sampaio, 2009).

O Desemprego

O fenómeno do desemprego e o seu impacto a nível dos subsistemas conjugal e parental

Como se sabe, estamos atravessar uma crise económica global, que contagiou a sociedade nos últimos anos, centrada mais na Europa, e mais concretamente, em Portugal, provocando uma ausência de crescimento económico que fez com que disparasse a taxa de desemprego. Os dados mais recentes relativos ao terceiro trimestre de 2014 indicam-nos que a taxa total de desemprego em Portugal se situa nos 13.4% (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2013). Assim sendo, podemos afirmar que o desemprego é um fenómeno actual, que trouxe e traz consequências nas vidas individual, de casal e familiar.

Assim, o desemprego é entendido como uma situação que implica uma ausência de carga de trabalho, quase sempre involuntária, sendo uma condição potencialmente adversa de trabalho, com consequências ao nível pessoal e relacional da vida dos indivíduos (Vaz Serra, 2007).

Posto isto, o desemprego, é uma situação vulnerável ao *stress*, com impactos a vários níveis, financeiro, de saúde e psicológico (Chen, Li, He, Wu, Yan & Tang, 2012), que poderá levar uma família a entrar em crise. Esta entrada dependerá das estratégias (i.e., de *coping*) e da adaptação que a família encontra e realiza, face a este evento. Entende-se, por isso, que muitas pessoas, casais e famílias, não tenham conseguido ficar impunes a esta situação e estejam actualmente a ser prejudicados por esta crise.

Deste modo, o desemprego é um destino fatal, que quando acontece a um indivíduo, este tem de se confrontar com vários aspectos que se modificam devido à sua situação, como a diminuição dos seus rendimentos, a alteração do seu estatuto social, a modificação do seu relacionamento com os outros, experienciando sentimentos de fracasso, de isolamento e de perda de sentido de vida (Vaz Serra, 2007). Deste modo, este contexto requer do individuo

desempregado e da sua família, capacidades de adaptação, sendo este contexto uma transição, pois gera mudança, mas também incerteza (Francisco, 2004).

Deste modo, podemos verificar que, esta situação adversa que é o desemprego, não só atinge apenas o indivíduo desempregado (sistema individual), pois o indivíduo não existe, nem vive isoladamente, fazendo parte de outros sistemas, de outros contextos mais vastos nos quais se integra (família, comunidade e sociedade). Existem portanto, acontecimentos de vida fontes de *stress*, como o desemprego, que exigem de todo o grupo familiar e de cada um dos membros que o compõe, uma grande flexibilidade relacional e capacidade de adaptação (Relvas, 2005). Portanto, as circunstâncias financeiras negativas, consequência do desemprego, afectam o estado emocional dos progenitores e dos seus filhos e a qualidade das interações familiares (Conger, Conger, Elder, Lorenz, Simons, & Whitbeck, 1992).

Assim, no que conta ao subsistema conjugal, estudos empíricos desenvolvidos demonstram que o desemprego é um factor crucial na instabilidade conjugal, podendo conduzir a situações de separação/divórcio (Jensen & Smith, 1990). Portanto, por outras palavras, um dos factores mais importantes e stressantes da vida conjugal é a incapacidade de responder face às necessidades económicas básicas. Quando os cônjuges experimentam dificuldades económicas, são alvo de um grande sofrimento pessoal e conjugal (Kinnunen & Feldt, 2004). A instabilidade e o sofrimento que é vivido pelo casal traz consequentemente, efeitos adversos sobre a sua qualidade conjugal (Fox & Chancey, 1998). Um dos estudos que se debruçou sobre a instabilidade conjugal e o sofrimento em períodos de tensão económica foi o estudo de Gudmunson, Beutler, Israelsen, McCoy e Hill (2007). Estes autores, com uma amostra de 5.000 casais, verificaram que a tensão financeira contribuía para o casal experimentar sofrimento emocional e que essa tensão financeira estava relacionada com a instabilidade conjugal. Também constataram, que os casais no qual acontecia este facto, não tinham trilhado um caminho para resolver a tensão financeira, havendo desacordos e desentendimentos que provocaram a ‘morte’ do relacionamento conjugal.

Dimas, Pereira e Canavarro (2013), levaram a cabo um estudo transversal, com o propósito de analisarem a adaptação pessoal (sintomatologia psicopatológica e qualidade de vida), relacional (ajustamento diádico) e resiliência individual no contexto de desemprego. Para isso contaram com 15 casais em que um dos elementos estava desempregado e 22 casais, com ambos os elementos empregados. Os resultados deste estudo sugerem três ideias que importa saber: a) que os cônjuges dos desempregados apresentaram, de um modo geral, valores médios mais elevados de sintomatologia psicopatológica e menor qualidade de vida, do que os desempregados; b) que os desempregados davam mais importância à relação

conjugal do que os seus companheiros, mostrando-se mais felizes e satisfeitos com a relação comparativamente aos seus cônjuges; c) e que, um menor sentido de coesão do cônjuge se associava a maiores níveis de ansiedade do desempregado.

Neste sentido, podemos afirmar respectivamente e reforçando a ideia, a) que o desemprego vai para além do plano individual e que requer da família e, sobretudo do cônjuge empregado, vários recursos para dar conta das dificuldades que o desemprego está a provocar. Ou seja, o companheiro do desempregado passa a ser a principal fonte de apoio deste e experimenta simultaneamente a bagagem de dificuldades associadas ao desemprego, como uma sobrecarga e uma maior exigência emocional, o que pode afectar a sua saúde mental e a sua qualidade de vida; b) O desempregado, estando mais frágil e, ao mesmo tempo, mais disponível, pode dedicar-se mais á sua família; e sugere que c) a adaptação conjugal do companheiro à situação de desemprego associa-se ao bem-estar psicológico deste.

Kinnunen e Feldt (2004) também se debruçaram sobre esta temática e nos estudos realizados na Finlândia com 608 casais (90% empregados e 10% desempregados), investigaram o facto de como o *stress* económico se reflectia no ajustamento conjugal. Este estudo deu-nos vários contributos, a saber, as circunstâncias económicas pobres estavam enraizadas numa pressão económica, que era relacionada com o aumento da aflição psicológica. E que por sua vez, se repercutia negativamente no ajustamento conjugal. Conjuntamente afirmaram que os efeitos adversos das pressões económicas na qualidade conjugal eram mediados pelo sofrimento psíquico, depressão e interacção conjugal. Em que, quanto maior o nível de sofrimento psíquico sofrido pelas esposas, mais pobre era o ajustamento conjugal relatado pelos seus maridos e vice-versa. Neste sentido, pode-se afirmar que as pressões económicas têm um grande impacto negativo sobre aspectos fulcrais da vida individual e familiar, mais concretamente, no bem-estar psicológico, ajustamento e qualidade conjugais.

Relativamente ao subsistema parental, existem evidências que progenitores imersos em discussões (i.e., de cariz económico) com os respectivos cônjuges ficam mais ‘distraídos’ e com menos tempo e energia para cumprir o seu papel de progenitores de forma adequada (Patterson, 1982).

Conger et al. (1992) realizaram um estudo numa região rural do Centro-Oeste dos Estados Unidos da América, com uma amostra de 205 rapazes do 7º ano, com idades compreendidas entre os 12 e os 14 anos. Estes eram provenientes de famílias com condições económicas precárias e o objectivo foi o de correlacionar a tensão económica na vida familiar com o ajustamento adolescente pró-social e problemático. E concluíram que, as emoções e os

comportamentos dos progenitores dos adolescentes eram afectados pelas dificuldades financeiras. Sendo que, as perturbações no comportamento educativo de cada progenitor tiveram consequências negativas no ambiente e desenvolvimento adolescente dos filhos. Logo, o estado de espírito negativo dos pais, fruto das dificuldades económicas, está relacionado com um comportamento impaciente e agressivo para com os seus filhos, havendo uma redução ou até mesmo uma negligência para com as práticas de uma boa educação para com os mesmos (Downey & Coyne, 1990).

Outro estudo foi o de Souza e Benetti (2008), que teve como intuito o de verificar as características e os factores significativos do envolvimento paterno em famílias com pais desempregados com filhos em idade escolar (6 aos 12 anos). Foram considerados os aspectos sociodemográficos, o relacionamento familiar e os sintomas depressivos do pai. Para isso, contaram com 188 homens desempregados, das regiões de São Leopoldo e de Porto Alegre (Brasil) e chegaram à conclusão que um grau mais alto de afectividade do pai na relação com a sua esposa e com o filho resultava em maior envolvimento parental. Assim, um dos factores que exerce influência nas características do envolvimento paterno é a cooperação emocional entre o subsistema conjugal (Matta & Knudson-Martin, 2006).

Ainda é importante frisar o estudo de Broman, Hamilton e Hoffman (1990), que estudarem e avaliarem a relação entre o desemprego e duas variáveis, o conflito e o *stress* percebidos na família e no desempregado, numa amostra de trabalhadores de fábricas que iam fechar (n= 831) e de fábricas que não iam fechar (n= 766), nos Estados Unidos da América. E uma das principais conclusões a que chegaram foi que, aqueles que iam ficar desempregados, foram mais propensos a ter mais conflitos com o cônjuge e filhos, do que o grupo de trabalhadores que não iam ficar desempregados.

Assim sendo, períodos de dificuldade económica podem ter graves consequências para uma família, incluindo o aumento do risco de separação matrimonial (Bakke, 1940, cit por Conger et al., 1992), devido às constantes discórdias entre o casal, que não consegue manter a harmonia, atingindo a relação com os filhos (McLoyd, 1989), provocando a desorganização familiar (Kadushin & Martin, 1988). Assim, os outros que rodeiam a pessoa desempregada, nomeadamente a sua família, também são afectados pelo desemprego, pois o comportamento de cada um dos seus membros é indissociável do comportamento dos restantes e aquilo que lhe acontece afecta a família no seu conjunto (Durand, 1992).

Por fim, é importante referir que pelo contrário, e face ao exposto, podemos pensar em alguns factores protectores que podem impedir e necessariamente proteger, a visão negativa do desemprego e os problemas que vimos que vêm com ele atrelados. Deste modo, famílias

em que os seus membros tenham capacidades adaptativas (flexibilidade), estratégias de *coping*, boa utilização dos recursos, boa comunicação e coesão e capacidade de resolução dos conflitos, são alguns exemplos. Como também, no que conta a nível conjugal, a cooperação conjugal, o grau de escolaridade do casal e a presença de ajuda financeira por parte de outros ou instituições, também são alguns exemplos. Não obstante destes factos, é importante ter ciente a ideia e tentar perceber se a disfuncionalidade da família já existia, mas com a crise, com o desemprego, veio ‘emergir à superfície’ ou se por outro lado, foi a crise, o desemprego, que fez com que a disfuncionalidade surgisse na família.

Assim, é o que nos propomos a analisar nesta tese de dissertação, se o desemprego afecta o funcionamento familiar (flexibilidade, coesão, comunicação e satisfação) nas famílias e seus elementos.

A Ideação Suicida

Comportamento suicida: a ideação suicida

Actualmente o suicídio ocupa cada vez mais o topo das causas de morte em todo o mundo, tornando-se um perigo para a saúde pública. Podemos observar este facto, através das altas taxas de suicídio, especificamente, no suicídio entre os jovens e adolescentes, sendo a terceira principal causa de morte nesta fase etária (Borges, Werlang & Paranhos, 2004).

O comportamento suicida é classificado, normalmente, em três categorias: ideação suicida, tentativa de suicídio e suicídio consumado (Werlang, Borges & Fensterseifer, 2005). Sabe-se respectivamente, que os comportamentos de risco, as ideias de morte e as tentativas de suicídio, são como que uma escala sucessiva e progressiva, com repetição de actos ou ocorrências cada vez mais graves, ao longo do tempo (Saraiva, 1999). Assim, num dos extremos temos a ideação suicida e, no outro, o suicídio consumado, com a tentativa de suicídio entre estes.

O comportamento suicida nos adultos é definido como a inquietação sobre o acto suicida ou sobre a tentativa de suicídio, com o intuito de originar prejuízo a si próprio, através desses mesmos comportamentos. Sendo, a tentativa de suicídio, um comportamento não resultado em morte (Buitrago, 2011). Portanto, devemos considerar os comportamentos suicidas como uma construção contínua de um modelo de ideação, planeamento, tentativa e consequentemente, do suicídio consumado e identificar a sua origem (Souza, Silva, Jansen,

Kuhn, Horta & Pinheiro, 2009). Logo, é importante estudar-se a ideação suicida, pois pode ser o primeiro passo para a efectivação do suicídio.

Neste sentido, a ideação suicida são pensamentos, ideias, planeamentos e desejos do indivíduo se matar a si próprio, assim como, é um indicador/predictor do comportamento suicida (Fensterseifer, Werlang, Seminotti & Lima, 2004) e ela própria, a sua intensidade, abrangência e intenção pode prever o risco de suicídio, reenviando o grau de vulnerabilidade do indivíduo ao comportamento suicida (Beck, Kovacs & Weissman, 1979).

Relativamente ao caso da ideação suicida nos adolescentes é preciso pormenorizar alguns aspectos que são diferentes no que conta à ideação suicida nos adultos. Os adolescentes pensam bastante na morte e no suicídio mas, devido em alguns casos, haver proibição ou inibição para com estes para falarem deste assunto, nem sempre encontram a disponibilidade e o meio apropriado para falar deste assunto (Oliveira, Amâncio & Sampaio, 2001). Mas, ocorrem manifestações prévias, isto é, sinais que demonstram a possível presença de ideação suicida, nomeadamente “atitudes de escape, de vingança, altruísmo, busca de risco, tendência a ver-se como perdedor, baixa tolerância à frustração, dificuldades em resolver conflitos, desesperança e abandono” (Buitrago, 2011, p. 64).

Porém, é importante salientar que na adolescência, em alguns momentos, podem aparecer ideias suicidas, uma vez que são estratégias que fazem parte do decurso do desenvolvimento da infância e da adolescência, para combater os problemas existenciais que como já vimos, aparecem nesta fase (i.e., compreender o sentido da vida e da morte). Neste sentido, as ideias suicidas só se tornam alarmantes quando o adolescente vê o suicídio como única solução para as suas dificuldades (Werlang, Borges & Fensterseifer, 2005) e age precipitadamente, evidenciando limitações ao nível da habilidade e flexibilidade cognitiva, falta de resolução de problemas, dificuldade na inibição de respostas inadequadas, assim como, na capacidade de regular o humor ou tolerar a aflição (Brent & Mann, 2013).

Neste sentido, e aqui não só o adolescente, mas também o adulto com ideação suicida, tenta sempre (mesmo que inconscientemente) comunicar-nos a sua vontade suicida e pedir ajuda (Macfarlane & McPherson, 2001). Como diz Sampaio (1989), mesmo que o acto suicida possa figurar-se individual e isolado, existe sempre uma vertente interactiva e interrelacional, sendo bastante comum a pessoa metacomunicar previamente a sua intenção na esperança de ser salva. Este autor evidencia que estudos mostram que em mais de 50% dos casos de indivíduos que tentaram o suicídio, comunicaram precedentemente o seu desejo, aos familiares ou aos seus amigos ou ainda aos seus médicos.

Factores de risco e de protecção da ideação suicida

Todos os fenómenos têm os seus factores protectores e os seus factores de risco, os primeiros referem-se àqueles que resguardam e defendem o aparecimento do mesmo e por outro lado, os segundos dizem respeito àqueles que facilitam e o provocam.

A *World Health Organisation* ([WHO], 2011) apontou os factores protectores para a ideação suicida, agrupando-os em quatro tipos de factores: familiares, cognitivos e da personalidade, culturais e sociodemográficos, e ambientais. No primeiro enquadram-se, a boa relação com os membros da família, o apoio e a confiança familiares; no segundo encaixam-se, as boas capacidades sociais, a procura de ajuda e conselhos, o sentido de valor pessoal, a abertura para novas experiências e aprendizagens, as aptidões de comunicação, a receptividade para com a ajuda dos outros e planeamento do projecto de vida; no terceiro incluem-se, os valores culturais, o lazer (ocupar o tempo), o trabalho, o desporto, a religião, as boas relações com amigos, colegas, professores e outros adultos; e por fim no quarto e último factor inserem-se, uma dieta saudável, uma boa qualidade no sono e actividade física. Se pensarmos nos factores protectores que a *World Health Organisation* ([WHO], 2011) refere, alguns destes factores podem ficar em risco numa situação de desemprego (i.e, sentido de valor pessoal, planeamento de projecto de vida, inexistência de relação com colegas).

Também, existem autores, que através dos seus estudos, vieram adicionar outros factores igualmente importantes, àqueles já referidos. Por exemplo, Au, Lau e Lee (2009) vieram afirmar que a coesão familiar reduz o risco de ideias suicidas. Esta afirmação foi possível devido a um projecto, onde estes estudiosos examinaram os efeitos de moderação da coesão familiar e do auto-conceito social, sobre a ideação suicida. Recolheram 3.634 alunos do ensino primário e 2.706 alunos do ensino secundário, de 15 escolas primárias e de 11 escolas secundárias de Hong Kong. E demonstraram que, a coesão familiar, especialmente relativa ao suporte, compromisso e ligação emocional fortes, são variáveis que diminuem o risco de ideação suicida.

No que concerne aos factores de risco, existem inúmeros relativamente à ideação suicida e conseqüentemente ao suicídio consumado, sendo um deles, os problemas financeiros numa família, ou em casos mais extremos, quando o próprio tema do desemprego afecta a família. Assim, este momento de crise que é o desemprego faz emergir sintomas como a ideação suicida.

Um estudo descritivo-transversal, desenvolvido por Caycedo, Arenas, Benítez, Cavanzo, Leal e Guzmán (2010), contou com 14 adolescentes entre os 10 e os 17 anos de idade que foram para dois hospitais em Bogotá (Colômbia) por tentativa de suicídio. Estes autores repararam que nenhuma das famílias (14 casos) destes adolescentes tinham uma boa situação económica, representando 64,28 % em 9 casos como ‘péssima’ e 35,72% em 5 casos como ‘nada boa’. Assim, concluíram que a situação económica da família parece ter uma grande influência nas ideias e comportamentos suicidas dos adolescentes.

Apter, Bursztein, Bertolote, Fleischmann e Wassermann (2009) também consideraram através do seu estudo que, as turbulências na economia após rápidas mudanças nesta, têm sido um factor comum em países com um aumento nas taxas de suicídio juvenil (i.e., Rússia e Lituânia). Logo, veem reforçar a ideia que as crises económicas influenciam as ideias e o comportamento suicida nos adolescentes. Kølves (2010) refere que este facto acontece, pois a crise económica tem impacto sobre os sistemas de saúde, incluindo os sistemas de saúde psiquiátricos, que por sua vez, afectam a saúde física e mental e o comportamento suicida dos adolescentes. Por outras palavras, a crise económica faz aumentar as taxas de desemprego e consequentemente, a redução da renda familiar, no qual a família vê-se obrigada a cortar nos gastos de saúde dos seus filhos (Harper, Jones, McKay & Espey, 2009).

Ora, se o comportamento e o desenvolvimento da criança e do adolescente são influenciados pelos pais (McLoyd, 1989) e se portanto, o aumento do desemprego dos pais pode causar nestes sentimentos de perda da identidade, fracasso, irritabilidade, pessimismo e *stress*, originando-lhes grandes depressões, ansiedades e comportamentos aditivos (i.e., consumo de álcool). Estas situações, podem por sua vez, criar mais conflitos e violência no seio familiar, causando mudanças nos comportamentos dos pais e consequentemente, mudanças nos comportamentos dos filhos, irritados, mau humorados, muito sensíveis, solitários, depressivos, sem amigos, com queixas somáticas, delinquentes, com baixo desempenho académico, provocando uma ‘bola de neve’ para a família e os seus membros chegarem às ideias suicidas.

Ainda um estudo recente de Kentikelenis, Karanikolos, Reeves, McKee e Stuckler (2014), com o intuito de perceber em que medida as alterações económicas influenciavam as taxas de mortalidade por suicídio em 26 países da União Europeia entre 1970 e 2007, chegou à conclusão de vários aspectos importantes. O primeiro foi que a rápida subida do desemprego, devido à crise económica, aumentou as taxas de suicídio, sendo que por cada ponto percentual a mais na taxa de desemprego, aumentam em 0,8 por cento as taxas de suicídio entre pessoas com menos de 65 anos, situando-se esta taxa entre os 60 e os 550

suicídios por ano. Mas, o impacto da crise económica sobre as taxas de suicídio foi atenuado pelo reforço dos serviços sociais de protecção ao trabalho. Sendo que, o impacto do desemprego nas taxas de suicídio teve um registo inverso ao verificado em dois países, nomeadamente a Finlândia e a Suécia, precisamente países onde os programas sociais são muito importantes. Assim, podemos pensar no que foi referido até agora, e ver a ‘outra face da moeda’, isto é, pensar que a facilidade de acesso aos serviços de saúde, apoios comunitários e boa articulação entre serviços, são factores protectores da ideação suicida (Santos, 2006).

De acordo com o referencial do comportamento suicida, existe outro factor muito importante para a formação de ideias suicidas, o ambiente familiar. Se pensarmos, por exemplo, na adolescência, que como se verificou, é uma fase onde existe uma probabilidade de práticas de comportamentos de risco, se este acontecimento é acompanhado por um funcionamento familiar inadequado, vai fazer com que haja um aumento da probabilidade de comportamentos de risco, como o suicídio. Por outras palavras, vários estudos associam as dificuldades no funcionamento familiar, com a prática de comportamentos de risco por parte do adolescente, como o suicídio (Evans, Hawton & Rodham, 2004). Isto significa que, determinados tipos de funcionamento e factores familiares põem os adolescentes em risco de cometer um acto suicida e como já vimos, o desemprego pode tornar o ambiente, o funcionamento e as práticas de comportamento de uma família, disfuncionais.

Um estudo de Gouveia-Pereira, Abreu e Martins (2014), com 534 adolescentes do ensino básico (9º ano) e do ensino secundário, com o objectivo de perceber de que modo o funcionamento familiar afecta a ideação suicida, chegou a uma conclusão consonante já com outros estudos existentes. Assim, concluíram que os adolescentes de famílias desequilibradas apresentam maior ideação suicida, comparados aos adolescentes de famílias consideradas médias e equilibradas.

Outro estudo que contou com 408 adolescentes de Braga e Porto (Mesquita, Ribeiro, Mendonça & Maia, 2001), com o objectivo de avaliar a prevalência de várias variáveis em adolescentes, os comportamentos autodestrutivos, humor deprimido e qualidade do funcionamento familiar, verificaram que o relacionamento que o adolescente tem com a mãe e com o pai faz diferença e de forma significativa, na forma como este se insere no nível do comportamento autodestrutivo (i.e., vontade de morrer). Existe portanto, uma influência do funcionamento familiar nos comportamentos suicidas no adolescente.

Os conflitos familiares e a desorganização familiar também são factores importantes para o desenvolvimento de condutas autodestrutivas no indivíduo (Shaffer & Pfeffer, 2001) e como já vimos, o desemprego pode originar ou emergir estas particularidades familiares.

Foi feito um estudo realizado por Sampaio et al. (2000), com o objectivo de analisar a dimensão explicativa das representações sociais do suicídio em adolescentes, em função do sexo, idade, ano de escolaridade, região e ideação suicida. Para isso contaram com estudantes dos 10.ºs, 11.ºs e 12.ºs anos de escolas secundárias de Santarém, Guimarães, Évora e Lisboa, num total de 822 sujeitos. Dos resultados obtidos, os jovens dos 10.ºs e 11.ºs anos de escolaridade evidenciaram a importância do ambiente familiar no desencadear das ideias e comportamentos suicidários. Acrescentando, que para as raparigas, mais do que para os rapazes, o facto da família não compreender a jovem, poderá ser um importante motivo para ela tentar o suicídio.

Um estudo de caso, realizado por Alfaro, Valdés, Suárez, Prado e Echemendía (2010) com adolescentes que tentaram o suicídio na província de *Sancti Spiritus* (Cuba), durante o segundo semestre de 2005 e o primeiro de 2006, tiveram como objetivo identificar factores associados com a tentativa de suicídio. Estes autores verificaram que a maioria dos adolescentes referem como primeira causa da tentativa de suicídio, a família, de seguida os problemas na escola e por fim, problemas relativos a outros relacionamentos (i.e., pares).

Outra investigação conduzida no México por Berenzon, González, Tello, Facio e Medina (1998) encontrou o perfil sintomático de quem sofria de sintomas de ideação suicida, em que 45% da população tinha um sentimento que durava entre 5 a 7 dias, em que afirmavam que a sua família estaria melhor se estivesse morta, assim como tinham pensamentos suicidas. E verificaram que este perfil também estava presente em 30,7% dos jovens, sendo que permaneceu mais em adolescentes que tentaram o suicídio.

No que se refere aos conflitos familiares, Kõlves (2010) afirma que particularmente os conflitos entre pais e filhos são importantes factores de risco suicida em crianças e jovens, comparativamente aos adultos. E evidencia que, um estudo levado a cabo por Beautrais em 2001, relatou 70,5% de suicídios com idades entre os 9 e os 14 anos, que tinham sido desencadeados por conflitos familiares.

Um estudo realizado com 120 estudantes de Hong Kong com idades entre os 15 e os 19 anos de idade, explorou a prevalência da ideação suicida e a sua relação com o tratamento parental percebido e clima familiar (Lai & McBride-Chang, 2001). E uma das conclusões a que chegou foi que, níveis mais elevados de conflito e níveis mais baixos de afecto na família, estavam relacionados com a ideação suicida. Assim, os adolescentes podem considerar o

suicídio como a única forma de escapar aos conflitos na família. Logo, a importância atribuída pelos adolescentes às explicações que remetem para o conflito familiar, está de acordo com a relevância referida anteriormente, quanto ao papel crucial que a família toma na resolução das tarefas de desenvolvimento do adolescente. Por exemplo, famílias que tendem a ser rígidas nas alterações das regras explícitas e implícitas, nos papéis e estruturas de poder, fazem com que os seus membros não sejam capazes de concluir o seu processo de dependência; e famílias com poucas capacidades de, dar e receber apoio, de empatia, controlo e entendimento das reações emocionais dos outros membros, também fazem com que estes tenham dificuldades no seu desenvolvimento. No fundo, famílias fechadas à influência externa e muito focadas nos seus conflitos podem originar situações de suicídio nos seus membros (Reyes & Miranda, 2001). Como refere Gouveia-Pereira (1995, cit por Sampaio et al., 2000) “a família é o contexto social e relacional onde todos os processos ocorrem” (p. 65).

Também, um baixo nível de comunicação entre pais e os seus filhos, parece ter influência na formação de ideias suicidas (Kölves, 2010), existindo vários estudos que se preocuparam com esta questão.

Sáez-Santiago e Rosselló (2001) observaram que adolescentes com dificuldades no seu ambiente familiar, incluindo problemas de comunicação, tendem a interiorizar os seus problemas, manifestando-os por comportamentos autodestrutivos.

Indo ao mesmo encontro, Fong (1993) analisou as causas da ideação suicida e das tentativas de suicídio entre 316 estudantes de Hong Kong que haviam tentado suicídio. E verificou que, a falta de cuidado parental e de compreensão na família estavam relacionadas com a ideação suicida desses adolescentes.

Também, Lau (1994) examinou os suicídios entre 1992 e 1994 de várias crianças e adolescentes e os resultados mostraram que em 60% dos casos, foram devidos à ligação emocional e à comunicação dos pais que eram inadequadas. Isto é, ele observou que a ausência de um apoio e comunicação adequados dos pais levavam as crianças e os adolescentes a terem dificuldade em lutar contra os seus problemas, ficando sem esperança, inúteis e impotentes, suicidando-se.

O estudo realizado por Sampaio et al. (2000), já referido anteriormente, também teve como um dos seus resultados, o facto do quinto factor, que correspondia à problemática do isolamento e da incompreensão «*não tenho com quem falar dos meus problemas*», ser de extrema importância atribuída pelos adolescentes. Sendo como uma possível causa do suicídio, ou seja, um dos factores que identifica o modo como se estrutura a dimensão explicativa das representações sociais do suicídio.

Neste sentido, o jovem ao ter a possibilidade de falar sobre as suas preocupações com os seus pais, é uma forma de lutar contra a ideação suicida (Samm et al., 2010, cit por Kølves, 2010), isto é, pode ser visto como um factor protector da ideação suicida.

Também, um estudo realizado por Grob, Klein e Eisen (1983), que analisou os problemas familiares dos seus participantes, necessariamente a ideação suicida dos adolescentes dessas famílias, concluiu que um dos principais factores que levava os adolescentes a terem estes pensamentos, era efectivamente, a falta de comunicação e parentalidade.

O estudo de caso, já referido anteriormente, de Alfaro, Valdés, Suárez, Prado e Echemendía (2010), também chegou à conclusão, que nos adolescentes da sua amostra que tinham tentado o suicídio, havia uma dinâmica familiar onde existia, desconfiança por parte dos pais em relação a eles, bem como, não tinham ninguém a quem contar os seus problemas.

Porém, não só estes aspectos dentro de uma família podem contribuir para o suicídio do adolescente, apesar de que já vimos são importantíssimos para tal. O não consenso em relação às normas, sentimentos de hostilidade entre os membros da família, desacordos permanentes e disputas com agressão física ou psicológica, negligência física ou emocional, sentimentos de rejeição na família, presença frequente de desesperança, pessimismo, atitudes passivas e comportamentos em torno da sua própria vida, também podem contribuir para o suicídio na adolescência (Reyes & Miranda, 2001).

Outro estudo exemplificativo destes aspectos é o estudo de Reyes e Miranda (2001), um estudo analítico transversal retrospectivo que foi realizado na *Habana Vieja* (Cuba), com 62 indivíduos e suas famílias. Teve como objetivo, o de caracterizar o funcionamento familiar diferencial de indivíduos que se tentaram suicidar. Assim, chegaram a várias conclusões interessantes: em relação ao funcionamento familiar dos suicidas era predominantemente disfuncional (45,2%), assim como, menos permeável (70,9%), mais desarmónico (87,1%) e com uma pobre comunicação (54,8%); em relação à categoria da adaptabilidade, os sujeitos que tentaram o suicídio viam as suas famílias como pouco adaptáveis a situações que necessitavam de alterações (67,7%); no que concerne à categoria da afectividade, os sujeitos suicidas demonstraram predominantemente uma má afectividade nas suas famílias (41,9 %); e relativamente à categoria da coesão, denotou-se que existia um predomínio de baixa coesão nas famílias onde já se tinha presenciado tentativas de suicídio (70,9 %).

Igualmente, o estudo realizado por Lai e McBride-Chang (2001), igualmente referido anteriormente, também nos dá alguns contributos acerca de aspectos mais pormenorizados que acontecem no seio familiar e que também contribuem para o suicídio juvenil. Portanto,

eles chegaram à conclusão que a ideação suicida verificou-se significativamente associada a uma educação autoritária percebida, baixo afecto dos pais, alto supercontrolo materno, práticas de educação infantil negativas e um clima familiar negativo. Logo, é frequente que os pais de adolescentes que tentaram o suicídio sejam pais que usam o poder assertivo, proibitivo e punitivo sobre os seus filhos, sendo relativamente pobres nos cuidados e tendo pouca comunicação com as crianças (Chen, Dong & Zhou, 1997). São pais com regimes de controlo e falta de afecto (De Man, Labrèche & Leduc, 1993) e o controlo produz interferências na autonomia da criança (Asch, 1980), assim como, a proibição e a afirmação podem levar a criança ou o adolescente a ter medo, ansiedade e frustração, levando-os a ter baixa auto-estima e atitudes negativas para com o mundo (Weiss, Dodge, Bates, & Pettit, 1992).

Posto isto, se pensarmos nestes variadíssimos factores que referimos, e como vimos, contribuem para as ideias suicidas na adolescência, podemos observar que maior parte deles ficam em risco de piorarem ou emergirem face à situação de desemprego que uma família atravessa.

Nos adultos, parece que a situação profissional do desemprego leva a que os sujeitos tenham uma maior facilidade para aumentar os consumos de álcool (Brent & Mann, 2013; e Souza et al, 2009), tabaco, drogas e outros tipos de hábitos de risco, que levam a consequências ao nível da qualidade de vida, na saúde mental e na saúde no geral. Assim como já referido, existe uma diminuição da socialização por parte dos membros da família com o mundo externo (essencialmente o desempregado), onde a família fica fechada e estigmatizada face ao mundo externo, devido principalmente, à sua diminuição ao nível da posição social (Yur'yev, Värnik, Värnik, Sisask & Leppik, 2012). Também, os períodos de incerteza que estas famílias vivem quanto ao futuro provocado pela situação de desemprego, leva igualmente a um aumento significativo dos níveis de *stress*, e de agressividade, que como consequência, aumenta os comportamentos referidos anteriormente e os comportamentos suicidas (Kölves, 2010; Yur'yev, Värnik, Värnik, Sisask & Leppik, 2012).

Existem, para além daqueles já referidos e considerados os mais importantes para este estudo, outros factores de risco para o comportamento suicida, como por exemplo: transtorno de humor, perda recente de um ente querido (Brent & Mann, 2013); história familiar de suicídio (Brent & Mann, 2013; e Lai & McBride-Chang, 2001); depressão, falta de auto-estima, desespero, suicídio de amigos ou colegas, baixo rendimento escolar (Lai & McBride-Chang, 2001); abuso físico e humilhação (Alfaro, Valdés, Suárez, Prado & Echemendía, 2010).

Posto isto, é importante lembrar que nunca um factor isolado é responsável pela predisposição ao comportamento autodestrutivo e é importante captar e agir atempadamente perante sinais que salientem a sua intenção, tendo em vista a prevenção destes comportamentos. No entanto, podemos perceber que o desemprego é um dos factores preditores para a ideação suicida quer nos adolescentes e quer nos adultos. Assim, este é um dos objectivos que nos propomos a analisar nesta tese de dissertação, se o desemprego afecta a ideação suicida nas famílias e seus elementos.

O Suporte ou o Apoio Social

Conceito, importância e tipologias

Como observámos, um dos factores de risco para a ideação suicida é o desemprego, mas também podemos verificar que, a resolução deste processo de crise depende também de outros factores, como os pessoais internos (i.e., a personalidade), como a vulnerabilidade, como a aprendizagem, como a adaptação e flexibilidade, como familiares, mas também de recursos do meio externo, e é aqui que se pode abordar o suporte ou o apoio social.

Portanto, a importância da falta de suporte social tem sido assinalada em relação a diversos tipos de situações, uma delas é o desemprego. A pessoa ao se deparar com um evento stressante vai utilizar vários recursos, neste caso, o suporte social para enfrentar a situação de crise.

No que conta ao seu conceito, de acordo com Bergman, Plomin e Pederson (1990) este é um termo vasto, que diz respeito à quantidade e à coesão das relações sociais que envolvem pessoas, à força dos laços criados, à frequência de contactos, bem como, à percepção de utilidade e prestação desse apoio quando necessário. Por outras palavras, é existir uma pessoa, ou um grupo de pessoas ou até mesmo uma instituição de confiança e que se mostram disponíveis, preocupadas com uma outra pessoa ou mais pessoas e que as valorizam e demonstram que gostam dela (Sarason, Levine, Basham & Sarason, 1983).

Jahoda (1979) foi uma das primeiras estudiosas a ter interesse pela investigação das consequências negativas do desemprego nos indivíduos e na vida comunitária. No seu estudo, comparou o impacto do desemprego nos anos de 1930 e 1970, e descobriu que apesar da privação económica ser reduzida, outras consequências negativas do desemprego permaneceram. Nomeadamente, consequências sociais e psicológicas, onde os indivíduos

tinham-se ausentado de actividades normais, diminuído os seus contactos sociais e participado pouco em objectivos coletivos.

Hamler (2000) através do seu estudo sobre o desemprego nos países escandinavos, também encontrou uma correlação positiva entre isolamento social (provocado pelo baixo suporte social), privação económica, desemprego e saúde mental.

Retomando ao conceito de apoio social, podemos abordá-lo em termos objectivos, e os seus contactos podem ser pelos(as): número de amigos, número de amigos mais íntimos, conhecidos, familiares, número de consultas, número de terapias, instituições ou organizações ou associações, redes sociais, bem como, pela frequência e a intensidade desses contactos. Neste sentido, pode-se distinguir três tipos de apoio social que se originam pelos intervenientes que prestam o apoio a quem necessita: o apoio social informal, o apoio social profissional e o apoio social formal. O apoio social informal é dado pelos amigos, familiares e conhecidos, por outro lado, o apoio social profissional é prestado por profissionais (i.e., por psicólogos), e por fim, o apoio social formal é concebido por organizações (i.e., hospitais) ou associações, tais como grupos religiosos, organizações não-governamentais de base comunitária ou redes sociais (Ribeiro, 1999).

Relativamente ao apoio que é prestado pela família, é importante salientar que pode consistir na ajuda financeira, mas também na oportunidade que o desempregado e a sua família têm para falar com alguém, que os possa ajudar, por exemplo, na procura de emprego. O apoio que é dado pelos amigos, também pode ajudar na procura de emprego, e permite ao desempregado sair de casa, ter oportunidade para falar com outras pessoas, seja sobre a sua situação da desemprego ou sobre outras coisas, reduzindo ou até mesmo evitando situações de isolamento que, observámos que este tipo de população é vulnerável a ter. Também é importante frisar, e não menos importante, que o desempregado deve de estar envolvido em actividades sociais, pois aumenta a probabilidade de ele compensar as consequências negativas do desemprego. Em outras palavras, pensa-se que, a pessoa sendo socialmente activa, evita ou diminui o sofrimento causado pela situação de desemprego (Andrade & Vaitsman, 2002).

Em termos subjectivos, ainda podemos abordar outra tipologia, distinguindo-se assim outros dois tipos de suporte social, o percebido e o recebido. Cramer, Henderson e Scott (1997) referem que esta tipologia do conceito de suporte social é onde o indivíduo tem a percepção da adequação e da satisfação com a dimensão social da sua vida. Deste modo, o suporte social percebido é o que o indivíduo percebe que recebe dos outros e o suporte social subjectivo é o suporte social recebido na realidade.

No entanto, parece existir evidências que o suporte social percebido tem mais impacto na pessoa que recebe o suporte social, do que o suporte social recebido na realidade. A investigação de Wethington e Kessler (1986) com uma amostra de 1269 participantes é uma dessas evidências. Eles queriam averiguar se a saúde estava associada com a percepção de suporte social (suporte percebido) ou com os aspectos objectivos e reais do suporte social (suporte recebido). O que eles verificaram foi que a saúde estava melhor explicada e associada com a percepção de suporte social do que pelos aspectos reais desse suporte social.

O estudo de Macedo, Nunes, Costa, Nunes, e Lemos (2013) que teve como propósito o de analisar os acontecimentos de vida stressantes e o apoio social em famílias com menores em risco psicossocial, encontraram resultados interessantes acerca das dimensões/tipologias objectiva e subjectiva do suporte social. Para isso, eles entrevistaram 51 participantes (64,7% do sexo feminino e 35,3% do sexo masculino), com idades compreendidas entre os 16 e os 57 anos, residentes em Faro (Portugal). Quanto às características da amostra eles aperceberam-se que as famílias que fizeram parte do estudo apresentavam uma elevada taxa de desemprego e uma forte precaridade educativa, económica e profissional. Como também, tinham sofrido vários acontecimentos de vida stressantes, de natureza psicológica, económica e conjugal. Deste modo, quanto à dimensão objectiva do apoio social, eles chegaram à conclusão que nessas famílias, a sua rede social de apoio era composta maioritariamente por familiares, depois por amigos, de seguida por conhecidos e por fim, de profissionais. Onde dentro da própria família mencionaram a presença dos filhos menores na rede de apoio (66,7%) e do cônjuge (64,7%).

Slebarska, Moser e Gunnesch-Luca (2009) também deram o seu contributo sobre esta temática, fazendo um estudo com 104 desempregados, onde pretendiam saber a relação entre o suporte social percebido nestes indivíduos e o seu comportamento de procura de emprego. Assim, verificaram que o apoio social tinha efeitos sobre o comportamento de procura de emprego no desempregado e esse facto era mediado pela autoestima do sujeito. Por sua vez, verificaram que essa autoestima advinha de um adequado suporte social que este recebia.

Por fim, ainda também se pode classificar o apoio social quanto ao tipo de natureza prestada (Cutrona e Russel, 1990): afectivo, emocional, perceptivo, informativo, instrumental ou material e de convívio social. O estudo de Nunes, Lemos, Costa, Nunes e Almeida (2011) através de uma amostra de 54 mães (59% desempregadas), mostrou-nos a importância do apoio afectivo e emocional. O estudo teve como objetivo o de analisar o perfil psicossocial de famílias na região do Algarve (Portugal) e estas famílias estavam em risco psicossocial com problemas tais como, a economia (43%), o direito (43%), a morte de um parente (39%),

físicos (37%) e uso de drogas (31%). E estes estudiosos aperceberam-se que a amostra de mães que compunham a amostra relatavam maiores necessidades de apoios afectivo e emocional do que material ou informativo.

Posto isto, podemos juntar estas evidências para justificar o que Hobfoll e Vaux (1993) mencionam acerca do apoio social como um meta-constructo no qual se compactuam três constructos diferentes, designadamente, os recursos da rede social, os comportamentos de apoio e a avaliação subjectiva do apoio. Neste sentido, o conceito de apoio social engloba: as relações sociais disponíveis que permitem ao indivíduo estar ligado a um grupo social estável, a que se chama o constructo dos recursos da rede social; as trocas de recursos entre intervenientes, a que se designa pelo constructo do comportamento de apoio; e o significado e a percepção que o indivíduo tem que confere àquele que lhe prestou apoio, a que se intitula do constructo da avaliação subjectiva do apoio.

Portanto, no fundo o apoio social tem como função, proteger a pessoa contra a deterioração da sua saúde e bem-estar, bem como, tem um efeito amortecedor em relação ao *stress*. Portanto, protege a pessoa fisicamente, emocionalmente e psicologicamente das repercussões que o desemprego pode trazer. Um estudo que comprova isto mesmo é o estudo de Gore (1978), que foi um dos primeiros estudiosos a estudar o efeito amortecedor do apoio social nos desempregados. Ele constatou que indivíduos nesta condição e com baixo apoio social mostravam significativamente maiores níveis e elevações nos seus sintomas de doença no geral, comparados com os desempregados que tinham um forte apoio social.

Igualmente, Kroll e Lampert (2011) através da sua investigação estudaram a correlação entre o apoio social e a saúde física e emocional em uma amostra de desempregados entre os 39 anos e os 50 anos. Eles verificaram que estes desempregados sofriam de maiores complicações físicas e emocionais, do que as pessoas empregadas e esses desempregados eram essencialmente aqueles que tinham pouco apoio social. Isto é, houve uma correlação positiva entre o apoio social e a saúde nos desempregados.

Do mesmo modo, o estudo de Guarino e Sojo (2010) teve como propósito o de estudar o papel moderador e os indicadores do apoio social, e a sua relação com a duração do desemprego e a saúde física e mental. Para isto, administraram vários instrumentos numa amostra de 328 desempregados residentes na cidade de Caracas (Venezuela). E chegaram à conclusão, que o apoio social percebido actuava como um amortecedor nos efeitos que uma maior duração do desemprego podia ter na saúde, ou seja, o apoio social tinha moderado a relação entre o *stress* do desemprego e a saúde, no que conta aos sintomas físicos e respostas afectivas.

Posto isto ainda é importante mencionar que, as relações sociais durante a vida vão-se modificando e por isso, o apoio social também. Na adolescência, quem apoia o indivíduo são essencialmente os pares sociais, enquanto que na idade adulta as relações significativas baseiam-se na família e na comunidade (amigos) (Vaz Serra, 2007).

Assim, os resultados destes estudos permitem-nos perceber a importância do apoio social percebido na saúde e bem-estar físico, emocional e psicológico na população dos desempregados e suas famílias. Sendo assim, o suporte social é um dos principais conceitos a ser trabalhado na psicologia, no que se refere ao seu contributo para a saúde, bem-estar e satisfação com a vida nos indivíduos e está intimamente ligado a outra temática que já foi abordada anteriormente, nomeadamente, a ideação suicida.

Como vimos, do que se sabe do papel do apoio social no desemprego, é que este é um recurso importante durante estes períodos, pois ajuda o indivíduo desempregado a manter uma noção positiva de si próprio e ajuda a atenuar os efeitos negativos da crise (Slesbarska, Moser e Gunnesch-Luca, 2009). No entanto, também observámos que o desemprego tem um conjunto de consequências negativas e põe o indivíduo desempregado e também a sua família, numa situação de exclusão relativamente ao mercado de trabalho e nas relações com os outros, o que os pode levar a pensamentos suicidas. Como diz Andrade e Vaitsman (2002), a condição de vulnerabilidade coloca os indivíduos diante de limitações, impedimentos e situações que mudam a relação da pessoa com os seus familiares, amigos e parceiros, como igualmente perturbam a sua identidade. Consequentemente, o indivíduo estando vulnerável, reduz as iniciativas de trocas com seus contactos pessoais afectivos, fazendo com que aqueles com quem se relacionava na rede também diminuam a sua interacção. E como sabemos, as redes são uma das únicas possibilidades de ajuda com que as famílias carentes podem contar, portanto, a pessoa afectada pode lidar com a perda do seu trabalho com mais sucesso se ela tiver uma rede de apoio social e não se sentir sozinha (Kroll & Lampert, 2011).

Rodriguez e Cohen (1998), através do seu estudo, verificaram dois marcos importantes: que o apoio social é um factor atenuante dos efeitos negativos do desemprego, e que os indivíduos adultos socialmente isolados e desempregados tinham maior propensão para cometerem suicídio.

Osiama, Lahelma e Lönnqvist (2002), com a sua investigação, que teve como um dos objectivos, associar as características regionais com as taxas de tentativa de suicídio, entre 1989 e 1997, em sete distritos principais de Helsínquia (Finlândia): Centro Sul, Ocidental, Central, Norte, Nordeste, Sudeste e Oriental, incluindo cerca de 516.900 habitantes, chegou à conclusão de um aspecto importante sobre esta temática. Portanto, concluíram que as

desvantagens socioeconómicas, enumerando várias e incluindo o desemprego, e privações sociais (i.e., suporte social) dentro de todos os distritos mencionados, foram associadas a taxas de tentativa de suicídio mais elevadas. Ou seja, aqui as características socioeconómicas e as mudanças sociais ao longo do tempo nestes distritos foram susceptíveis de afectar o comportamento suicida nos habitantes destas regiões.

Yang e Clum (1994), com o seu estudo que contou com estudantes asiáticos, mostraram que apoio social percebido, pode proteger os indivíduos do risco de suicídio (variável operacionalizada pela ideação suicida), conferido para várias variáveis, incluindo os eventos de vida stressantes (i.e., desemprego). Também referiam no estudo que, os indivíduos que estão numa situação stressante e percebem que precisam de suporte dos outros e o pedem e recebem, o apoio social traz benefícios psicológicos e/ou físicos. Ou seja, traz benefícios adicionais, que os indivíduos que não procuram este suporte não os têm e dão o exemplo de esse suporte ser um recurso para a resolução de problemas.

Também, Welz, Veivel e Hafner (1988) comprovaram com o seu estudo, que os indivíduos que tinham cometido tentativas de suicídio, eram caracterizados com uma grande falta de contactos frequentes com amigos, conhecidos ou familiares, quando comparados com o grupo de controlo.

Relativamente à população adolescente, Marttunen, Aron, Henriksson e Lonnqvist (1994), corroboraram com o seu estudo, que os adolescentes que se suicidaram, tinham tido acumulação excessiva de *stress*, que como verificamos é algo que acontece em situações de desemprego, que os levaram a ter relações interpessoais suspendidas, nomeadamente, por falta de apoio.

Assim, parece que o apoio social é um factor protector dos efeitos negativos do desemprego (Santos, 2006) e pode proporcionar às pessoas eventos positivos que as distraem de pensamentos suicidas e também desvanecem, as interrupções físicas de eventuais tentativas de suicídio (Kleiman & Riskind, 2012). Deste modo, será que os níveis de ideação suicida variam consoante, a situação profissional da família e percepção de suporte social? É um dos objectivos que nos propomos a analisar nesta tese de dissertação.

CAPÍTULO II

OBJECTIVO E HIPÓTESES DO ESTUDO

Com o presente estudo pretende-se analisar se o funcionamento familiar e os níveis de ideação suicida variam em função da situação profissional da família e dos elementos familiares, e também se esses mesmos níveis variam em função do suporte social.

Após a realização do enquadramento teórico podemos afirmar que o desemprego é algo muito actual, com várias consequências económicas, sociais, psicológicas, quer para o desempregado, quer para a sua família. Também sabemos que, se esta situação não é transformada e equilibrada pela família, isto é, senão houver adaptação e flexibilidade por parte da família face a esta situação, vai-se tornar evidente a sua desorganização (Gouveia Pereira, Abreu & Martins, 2014).

Portanto, as circunstâncias financeiras negativas, consequência do desemprego, afectam o estado emocional dos progenitores e a qualidade das interações familiares (Conger, Conger, Elder, Lorenz, Simons, & Whitbeck, 1992). Vimos, aliás, que o desemprego é um factor crucial por detrás da instabilidade conjugal, podendo conduzir a situações de separação/divórcio (Jensen & Smith, 1990). Os estudos de Gudmunson, Beutler, Israelsen, McCoy e Hill (2007) e de Kinnunen e Feldt (2004), referem este facto, ou seja, eles concluíram que, a tensão financeira contribuía para o casal experimentar sofrimento emocional e que essa tensão financeira estava relacionada com a instabilidade conjugal. E que o *stress* económico, reflectia-se no ajustamento conjugal, isto é, as circunstâncias económicas pobres estavam enraizadas numa pressão económica, que era relacionada com o aumento da aflição psicológica, que por sua vez, se repercutia negativamente no ajustamento conjugal. Também observámos que, os progenitores imersos em discussões (i.e., de cariz económico) com os respectivos cônjuges ficam com menos tempo e energia para cumprir o seu papel de progenitores de forma adequada (Patterson, 1982). Os exemplos dos estudos de Conger et al. (1992) e de Broman, Hamilton e Hoffman (1990), referem esta evidência. Também Conger et al. (1992) observaram que as emoções e os comportamentos dos progenitores dos adolescentes eram afectados pelas dificuldades financeiras. Sendo que, as perturbações no comportamento educativo de cada progenitor tiveram consequências negativas no ambiente e desenvolvimento adolescente dos filhos. Broman, Hamilton e Hoffman (1990), aperceberam-se que os sujeitos da sua amostra que tinham ficado desempregados ou que iam ficar

desempregados foram mais propensos a ter mais conflitos com o cônjuge e filhos, do que o grupo de trabalhadores que iam continuar empregados. Assim, parece que períodos de dificuldade económica podem ter graves consequências para uma família, atingindo a relação com os filhos (McLoyd, 1989), provocando a desorganização familiar (Kadushin & Martin, 1988). Deste modo, face às evidências referidas, colocamos a seguinte hipótese:

Hipótese 1: “Existem diferenças significativas ao nível do funcionamento familiar (flexibilidade, coesão, comunicação e satisfação) em função da situação profissional da família (com emprego vs sem emprego) e dos elementos familiares (pai vs mãe vs filho adolescente)”.

Foi igualmente possível indagar que o desemprego tem impacto nas ideias suicidas numa família e portanto, é um factor de risco para a formação de ideias suicidas numa família. O estudo desenvolvido por Caycedo, Arenas, Benítez, Cavanzo, Leal e Guzmán (2010) verificou que os adolescentes que tinham tentado o suicídio, eram provenientes maioritariamente de famílias com uma situação económica pobre. E portanto, concluíram que a situação económica da família parece ter uma grande influência nos comportamentos suicidas dos adolescentes. Além disso, o estudo de Apter, Bursztein, Bertolote, Fleischmann e Wassermann (2009) também considerou que muitos dos aumentos das taxas de suicídio juvenil tinham-se dado em países com grandes turbulências e mudanças na economia (i.e., Rússia e Lituânia). Nos adultos, foi possível observar que pais desempregados tendem a desenvolver sentimentos de perda da identidade, fracasso, irritabilidade, pessimismo e *stress*, que, lhes podem originar, grandes depressões, ansiedades e comportamentos aditivos (i.e., consumo de álcool). Que por sua vez, estas situações criam mais conflitos e violência no seio familiar, o que vão causar com que uma imitação que os adolescentes fazem dos comportamentos negativos que vêm dos seus pais, chegando o ‘núcleo familiar’ igualmente à ideação suicida (McLoyd, 1989). Assim, face às evidências referidas, colocamos a seguinte hipótese:

Hipótese 2: “Existem diferenças significativas ao nível da ideação suicida em função da situação profissional da família (com emprego vs sem emprego) e dos elementos familiares (pai vs mãe vs filho adolescente)”.

Por fim, também é possível verificar que suporte social é um recurso importante durante o período de desemprego, pois ajuda o indivíduo desempregado a manter uma noção positiva de si próprio e ajuda-o a ele e à sua família, a atenuar os efeitos negativos do desemprego (Slesbarska, Moser e Gunnesch-Luca, 2009). E também sabemos que, que estas famílias têm um maior risco de exclusão social e isolamento. Hamler (2000), por exemplo, no seu estudo sobre o desemprego nos países escandinavos, encontrou uma correlação positiva entre isolamento social (provocado pelo baixo suporte social), privação económica e desemprego. Igualmente, Jahoda (1979), através do seu estudo, descobriu consequências sociais e psicológicas na sua amostra de desempregados: ausência em actividades normais, diminuição de contactos sociais e consequentemente de objectivos colectivos.

Este isolamento e exclusão que o indivíduo desempregado e a sua família é sujeita, podem levar, mais tarde para ideias suicidas. Ou seja, verificou-se que o apoio social tem como função, proteger a pessoa e a sua família contra a deterioração da sua saúde e bem-estar, bem como, tem um efeito amortecedor em relação ao *stress*, mas está intimamente ligado a outra temática, nomeadamente, a ideação suicida.

Efectivamente, alguns estudos como os de Osiamo, Lahelma e Lönnqvist (2002), Rodriguez e Cohen (1998), Welz, Veivel e Hafner (1988), deram-nos o seu contributo no que conta a esta matéria e mostraram-nos que, os indivíduos desempregados, com desvantagens económicas, e isolados, com privações sociais (i.e, grande falta de contactos frequentes com familiares, amigos ou conhecidos) cometem mais tentativas de suicídio e suicídio consumado, que como sabemos são acções que advém de pensamentos/ideias suicidas. Posto isto, face às evidências referidas, colocamos a seguinte hipótese:

Hipótese 3: “Os níveis de ideação suicida variam em função da situação profissional da família (com emprego vs sem emprego) e do suporte social (baixo vs alto)”.

Deste modo, temos como variáveis independentes, a situação profissional (com vs sem emprego), os elementos familiares (pai vs mãe vs filho adolescente) e o suporte social (baixo vs alto), e como variáveis dependentes, o funcionamento familiar (flexibilidade, coesão, comunicação e satisfação) e a ideação suicida.

CAPÍTULO III

MÉTODO

Participantes

Os participantes são 34 famílias (n=102), dos quais 34 mães com idades compreendidas entre os 31 e 46 anos de idade (M = 41, DP = 5.98), 34 pais com idades compreendidas entre os 29 e os 63 anos (M = 43.50, DP = 7.65) e 34 filhos adolescentes com idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos (M = 15.85, DP = 1.91), 13 do sexo masculino e 21 do sexo feminino.

Maior parte dos participantes possuem nacionalidade portuguesa (96%) e quanto à localidade, 85.3% residem na cidade de Lisboa e os demais na restante grande área da capital. Relativamente ao número de elementos no qual são compostas as famílias, 9 possuem 3 elementos familiares, 23 são compostas por 4 elementos familiares, enquanto que 2 são constituídas por 5 elementos familiares. Quanto à escolaridade dos participantes pais e filhos, podem ser observadas respectivamente nos gráficos 1 e 2.

Gráfico 1: *Percentagens das escolaridades dos adultos (pais participantes).*

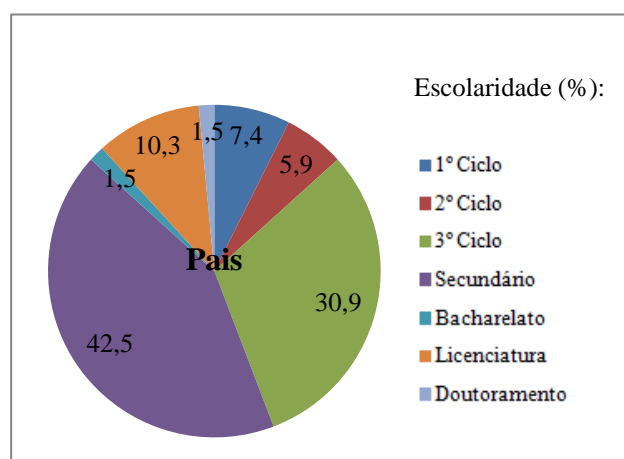
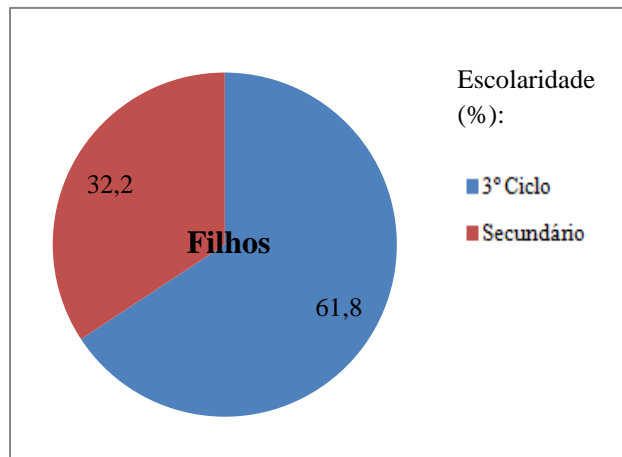


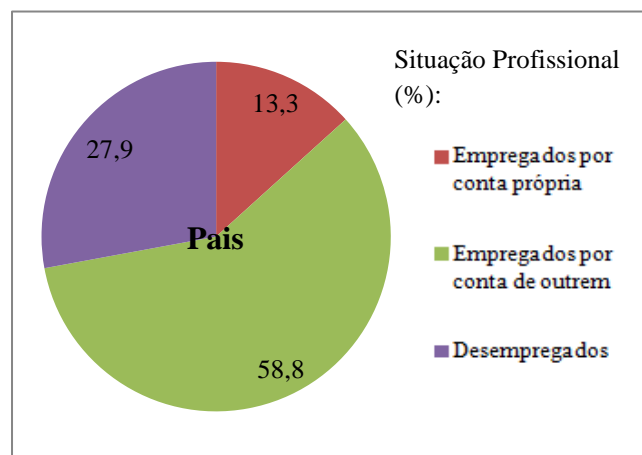
Gráfico 2: *Percentagens das escolaridades dos adolescentes (filhos) participantes.*



No que conta ao estado civil dos participantes, 64.7% dos pais estão casados e 35.3% em união de facto e os adolescentes estão todos solteiros. Ainda é importante referir que, 7 casais referem ter apenas 1 filho, 26 casais afirmam ter 2 filhos e 1 casal sustenta ter 3 filhos, sendo que no que conta aos adolescentes, todos eles referem não possuir filhos. Ainda no que conta aos adolescentes, 67.6% refere ser o 1º filho, 29.5% afirma ser o 2º filho e 2.9% sustenta ser o 3º filho, no que diz respeito ao lugar ocupado na família.

Em relação à situação profissional dos participantes adultos pais, pode ser observada no seguinte gráfico 3.

Gráfico 3: *Percentagens da situação profissional dos adultos (pais) participantes.*



Assim, quando olhamos para as famílias, 18 têm pelo menos um dos pais no desemprego, em que apenas uma destas famílias, ambos os elementos do casal estão desempregados, enquanto 16 famílias ambos os pais estão empregados.

Destes 19 sujeitos desempregados, 7 são do sexo masculino e 12 do sexo feminino e o tempo no desemprego varia desde um mínimo de 1 mês até a um máximo de 84 meses no desemprego- 7 anos. Para 8 destes sujeitos é a primeira vez que estão no desemprego, enquanto que os restantes 11 já experienciaram outros períodos de desemprego. Sendo que nestes últimos, 4 deles já estiveram apenas uma vez no desemprego (2 do sexo feminino e 2 do sexo masculino), 6 deles já estiveram duas vezes (5 do sexo feminino e 1 do sexo masculino) e 1 deles, do sexo masculino, refere que já esteve seis vezes no desemprego.

Ainda relativamente aos desempregados, 10 (4 do sexo masculino e 6 do sexo feminino) estão a receber fundo de desemprego, destes 1 ganha entre 0-300 euros, 5 entre 300-500 euros, 3 entre 500-750 euros e 1 mais de 1000 euros. Ainda, 2 dos sujeitos desempregados têm direito a RSI (Rendimento Social de Inserção), referindo ambos que este é inferior ao recebiam de ordenado. Verifica-se ainda que quanto a outros tipos de apoio, 82.4% refere não receber nenhum outro tipo de apoio e 17.6% dos desempregados afirma necessariamente o contrário. Sendo as respostas de quem e de que tipo de apoio, as seguintes: de familiares- apoio social informal (i.e., “pais e companheiro” e “mãe”) e instituições- apoio social formal (i.e., “Cáritas”) de natureza instrumental ou material (i.e., “dinheiro”, “tecto” e “comida”).

Instrumentos

1)FACES IV

O funcionamento familiar é medido através do Modelo Circumplexo de Olson, nomeadamente pela *Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scales IV*, o FACES IV (Olson, 2011).

Este instrumento foi originalmente elaborado por Olson, Bell e Portner em 1978 (Olson, 2000) e designado por FACES I. De momento, este instrumento encontra-se assim na sua quarta versão e em processo de validação e aferição para a população portuguesa por Gouveia-Pereira, Coutinho, Gomes, Martins e Miranda. O FACES IV é um instrumento de autopreenchimento que avalia 4 dimensões, a coesão, a flexibilidade, a comunicação e a satisfação numa família e criou-se para se chegar a estas mesmas dimensões do Modelo Circumplexo dos Sistemas Conjugais e Familiares (Olson, 2000).

De um modo geral, o instrumento incluiu nos seus primeiros 42 itens, 6 subescalas, itens esses que se apresentam intercalados e ordenados numa escala do tipo Likert, sendo

disponibilizado para cada item 5 alternativas de resposta, de 1- “*Discordo Fortemente*” ao 5- “*Concordo Fortemente*”. De um modo mais específico, destas 6 subescalas, duas delas permitem chegar aos níveis equilibrados das duas dimensões centrais do modelo (coesão e flexibilidade), isto é, à subescala da Coesão Equilibrada (exº *Os membros da minha família estão envolvidos nas vidas uns dos outros*) e à subescala da Flexibilidade Equilibrada (exº *A nossa família tenta novas formas de lidar com os problemas*”).

As outras 4 subescalas remetem aos extremos das dimensões coesão e flexibilidade familiares, ou seja, avaliam a disfuncionalidade familiar. Nomeadamente, a subescala de Coesão Desagregada (exº *Nós damos-nos melhor com pessoas de fora da nossa família do que com as de dentro*”), a subescala da Coesão Aglutinada (exº *Nós passamos ‘demasiado’ tempo juntos*”), e também a subescala da Flexibilidade Rígida (exº *Na nossa família há uma regra para quase todas as situações*”) e a subescala da Flexibilidade Caótica (exº *Na nossa família, parece que nunca nos conseguimos organizar*”).

A escala ainda possui também outras duas escalas de Comunicação Familiar e Satisfação Familiar, com 10 itens cada uma (o que perfaz a totalidade de 62 itens deste instrumento), que respectivamente determinam as capacidades comunicacionais do sistema familiar (exº *Os membros da minha família são muito bons ouvintes*”) e acedem à forma como os membros da família estão satisfeitos com o funcionamento do seu sistema familiar (exº *Os membros da minha família estão satisfeitos com a forma como comunicam uns com os outros*”). Assim, nestas escalas quanto maior a média obtida, mais comunicação e satisfação o indivíduo sente face ao funcionamento do sistema familiar. A escala de satisfação familiar apresenta-se ordenada numa escala do tipo Likert, sendo disponibilizado para cada item 5 alternativas de resposta, aqui neste caso, vai de 1- “*Muito Descontente*” ao 5- “*Extremamente Satisfeito*”.

Olson, (2011) aponta como vantagens deste instrumento o facto de a este ter sido adicionadas quatro subescalas por forma a aceder mais eficazmente aos extremos das dimensões coesão e flexibilidade familiares, algo que as anteriores versões do FACES não eram capazes de aceder. Assim, esta versão permite classificar as famílias em seis tipos: famílias equilibradas, famílias rigidamente equilibradas, famílias médias, famílias flexivelmente desequilibradas, famílias caoticamente desligadas e famílias desequilibradas.

Por fim, importa clarificar também os níveis de consistência interna deste instrumento aplicado à amostra, que se podem observar na Tabela 1. Assim, podemos observar que em todas as 4 dimensões: Coesão (M= 2.93, DP= .55, α =.71), Flexibilidade (M= 3.00, DP= .56, α =.71), Comunicação (M= 3.75, DP= .55, α =.86) e Satisfação (M= 3.44, DP= .67, α =.93),

temos valores de *Alfa de Cronbach* elevados que lhes conferem uma consistência interna elevada.

Tabela 1

Análise de Fidelidade das Dimensões do FACES IV.

FACES IV	Média	Desvio Padrão	<i>Alfa de Cronbach</i>
Flexibilidade	3.00	.56	.71
Coesão	2.93	.55	.71
Comunicação	3.75	.55	.86
Satisfação	3.44	.67	.93

2) Questionário de Ideação Suicida (QIS)

A frequência de pensamentos suicidas é avaliada pelo Questionário de Ideação Suicida (QIS). Este instrumento é a versão portuguesa do *Suicide Ideation Questionnaire*, elaborado originalmente por Reynolds (1988) e traduzido e adaptado por Ferreira e Castela (1999). O QIS é um instrumento de autopreenchimento que avalia a gravidade dos pensamentos suicidas em adolescentes e adultos, avaliando por ordenação estes pensamentos entre pouco e muito graves. Portanto, quanto mais elevado for o valor obtido neste questionário, maior é o índice de ideação suicida, sendo o resultado final originado pelo somatório dos itens respondidos na escala de resposta.

Assim, são ao todo 30 itens, ordenados numa escala do tipo Likert, sendo disponibilizado para cada item 7 alternativas de resposta, indo de 1- “O pensamento nunca ocorreu” ao 7- “O pensamento ocorreu sempre”.

Relativamente à consistência interna deste instrumento neste estudo, atingiu um *Alfa de Cronbach* muito elevado (M=1.58, DP=.94, $\alpha=.98$).

3) Escala de Satisfação com o Suporte Social (ESSS)

O suporte social é avaliado pela Escala de Satisfação com o Suporte Social (ESSS). Este instrumento de autopreenchimento, elaborado e validado para a população portuguesa

por Ribeiro (1999) avalia o suporte social que a pessoa percebe como tendo disponível, ou seja, o suporte social percebido.

É constituído por 15 itens, ordenados numa escala do tipo Likert, sendo disponibilizado para cada item 5 alternativas de resposta, de 1- “*Concordo Totalmente*” ao 5- “*Discordo Totalmente*”. Bem como, estes distribuem-se por quatro dimensões do suporte social: a satisfação com os amigos- SA (exº “*Os meus amigos não me procuram tantas vezes como eu gostaria*”); a intimidade- IN (exº “*Por vezes sinto-me só no mundo e sem apoio*”); a satisfação com a família- SF (exº “*Estou satisfeito/a com a forma como me relaciono com a minha família*”) e actividades sociais- AS (exº “*Sinto falta de actividades sociais que me satisfaçam*”) (Santos, Ribeiro & Lopes, 2003). Estas alternativas de resposta vão avaliar a percepção de suporte social e os itens são pontuados de 1 a 5 (sendo excepção os itens 4, 5, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15, cuja pontuação é invertida), em que quanto maior for a pontuação, maior será a percepção de suporte social, em que o seu resultado pode estar entre 15 e 75, em que 75 é portanto, uma percepção de maior satisfação com o suporte social.

Aqui também é relevante observar, o nível de consistência interna desta referida escala na amostra em estudo, que se mostra disponível resumidamente na Tabela 2. Deste modo, podemos verificar que nas dimensões satisfação com a família (M=2.03, DP=.72, α =.78) e actividades sociais (M=2.81, DP=.88, α =.61), temos valores de *Alfa de Cronbach* elevados. Como também, na dimensão satisfação com os amigos (M=2.13, DP=.77, α =.81), retirando o item 1 e na dimensão da intimidade (M=2.56, DP=.68, α =.74), retirando o item 6.

Tabela 2

Análise de Fidelidade das Dimensões da ESSS.

Dimensões da ESSS	Média	Desvio Padrão	<i>Alpha de Cronbach</i>
Satisfação com os amigos*	2.13	.77	.81
Intimidade**	2.56	.68	.74
Satisfação com a família	2.03	.72	.78
Actividades Sociais	2.81	.88	.61

*Sem item 1; ** Sem item 6

Procedimento

Primeiro de tudo é importante referir que houve uma grande dificuldade em encontrar a amostra para esta investigação, nomeadamente as famílias desempregadas, ou seja, eram necessárias famílias com casais em que 1) os dois cônjuges/companheiros não tinham emprego ou 2) pelo menos um dos cônjuges/companheiros não tinha emprego; como também, 3) os dois cônjuges/companheiros tinham emprego (para comparação); em que todas estas possíveis combinações familiares teriam que ter um(a) filho(a) adolescente entre os 13 e os 18 anos de idade e no qual tinham que também viver todos juntos. Assim, isto ia constituir respectivamente 1 e 2) as famílias em situação de desemprego e 3) as famílias em situação de emprego.

Logo desde o início desta parte de recolha de dados, contactou-se com várias instituições e organizações onde estas famílias e com estas características, podiam-se encontrar-se presentes, como as Juntas de Freguesia, os GEPES (Grupos de Entreeajuda na Procura de Emprego) e as Igrejas, onde se entregaram cartas formalizadas pessoalmente pela investigadora, para pedir colaboração na investigação (Anexo A). Houve apenas a resposta de uma Junta de Freguesia do Forte da Casa que participou neste presente estudo.

Mais tarde, também se conseguiram mais algumas famílias (sensivelmente 15) para a amostra provenientes de uma resposta tardia, mas valiosa, da Junta de Freguesia de São João da Talha. Assim, foram abordados pela investigadora ou na sua ausência, pelos colaboradores das juntas referidas, que ficaram encarregues de ajudar a investigadora neste processo, os elementos que iam assinar a apresentação quinzenal ou que iam a uma sessão de atendimento marcada com um técnico. Junto destes elementos, verificava-se se as famílias destes possuíam as características necessárias para o estudo e se exequível, após a aceitação dos elementos presente para participar, eram-lhes explicados brevemente vários aspectos. Desde, a participação voluntária e confidencial, os principais objectivos da investigação, em que consistia a tarefa que os elementos da família iriam realizar, como também, a importância de preencherem os questionários individualmente, e que estes iam ser administrados uma única vez e com duração aproximada de 20 minutos. Ainda foi salientado aos elementos, que todas as orientações transmitidas a estes estavam presentes nos questionários e que era importante que os demais elementos ausentes as lessem e ficou combinado a entrega dos questionários à investigadora ou ao técnico/colaborador da junta, na próxima apresentação quinzenal ou sessão de atendimento.

Após explicadas todas estas orientações para o correcto preenchimento dos questionários, eram entregues 3 envelopes, com 3 questionários numerados, um para cada elemento específico da família, apenas para que depois se soubesse os elementos (mãe, pai e filho/a) que compunham determinada família.

Assim, cada envelope possuía uma folha solta ao questionário, de apresentação da investigação e da investigadora, com o contacto pessoal desta, para eventuais dúvidas que pudessem surgir. Como também ficou na posse da investigadora, os contactos das famílias, como forma de prevenir a perda destas para o estudo. O envelope também possuía um questionário, que era composto por uma folha de rosto, com as indicações necessárias e depois os participantes forneciam alguns dados sociodemográficos, tais como sexo, idade, ano de escolaridade, entre outros. De seguida, respondiam à Escala do FACES IV, depois à Escala de Satisfação com o Suporte Social (ESSS) e por último, ao Questionário de Ideação Suicida (QIS) (Anexo B).

CAPÍTULO IV

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Antes de se dar início à análise dos resultados é importante referir que a análise estatística apresentada ao longo desta dissertação foi realizada através do *software* SPSS Statistics, e que, para todos os testes de hipóteses foi utilizada uma probabilidade de erro de tipo I, $\alpha = 0.05$.

Importa esclarecer também, relativamente a esta mesma análise dos resultados, que se tomou que as diferentes distribuições cumprem o pressuposto de normalidade dos testes paramétricos, pois a amostra da investigação possui uma dimensão suficientemente elevada para utilizarmos o Teorema do Limite Central (superiores a 25/30 sujeitos), sendo assim o conjunto dos participantes tem uma distribuição da média amostral satisfatoriamente aproximada à normal (102 sujeitos) (Marôco, 2010). Como igualmente informar que, se procedeu à averiguação nas diversas análises apresentadas, o pressuposto de homogeneidade de variâncias, que não foi violado.

Análise dos Resultados

Situação Profissional Familiar, Elementos Familiares e Funcionamento Familiar

Olson (2011) por forma a analisar os resultados obtidos do FACES IV propõe a utilização de rácios, em que os valores são transformados. Os três rácios, o Rácio de Coesão Familiar, o Rácio de Flexibilidade Familiar e o Rácio Total Circumplexo ou do Funcionamento Familiar são obtidos através das seguintes fórmulas: divide-se a média das escalas da coesão e flexibilidade familiar equilibradas, pela média das escalas da coesão e flexibilidade desequilibradas, alcançando-se dois dos Rácios, o Rácio de Coesão Familiar e Rácio de Flexibilidade Familiar. Depois, a partir da média destes dois rácios obtêm-se o terceiro Rácio, o Total Circumplexo ou do Funcionamento Familiar (Quadro 1).

Quadro 1

Fórmulas para o Cálculo dos Três Rácios do Modelo Circumplexo de Olson.

$\text{Rácio de Coesão} = \frac{\text{Coesão Equilibrada}}{2} / \frac{(\text{Coesão Desagregada} + \text{Coesão Aglutinada})}{2}$
$\text{Rácio de Flexibilidade} = \frac{\text{Flexibilidade Equilibrada}}{2} / \frac{(\text{Flexibilidade Rígida} + \text{Flexibilidade Caótica})}{2}$
$\text{Rácio do Funcionamento Familiar} = \frac{\text{Rácio de Coesão} + \text{Rácio de Flexibilidade}}{2}$

Olson (2000), ainda acrescenta, no que conta aos rácios e às escalas que compõe o FACES IV, que a Escala da Comunicação Familiar está fortemente associada ao Rácio do Funcionamento Familiar. O que quer dizer que, um sistema familiar mais funcional apresenta uma maior comunicação entre os seus membros. Assim, realizámos uma correlação de *Pearson*, onde obtivemos efectivamente uma correlação positiva entre o Rácio do Funcionamento Familiar e a Escala de Comunicação Familiar ($r = .60, p = .000$). Onde efectivamente se denotou que os sistemas familiares mais funcionais apresentam melhores capacidades de comunicação. Como também, se efectuou correlações entre o Rácio do Funcionamento Familiar e a Escala de Satisfação Familiar ($r = .55, p = .000$) e entre a Escala de Comunicação Familiar e a Escala de Satisfação Familiar ($r = .69, p = .000$), onde se pode verificar correlações também elas positivas (Tabela 3). Ou seja, respectivamente quanto mais elevado o rácio do funcionamento familiar mais elevada a satisfação familiar e vice-versa; como igualmente, quanto mais elevada a comunicação familiar mais elevada a satisfação familiar e vice-versa.

Este autor (2011) ainda refere que, em termos das correlações dos três rácios, que permitem perceber melhor este modelo, que estes estão positivamente correlacionados, e que, a coesão familiar está associada à flexibilidade familiar e vice-versa. Por isso, aqui, também se decidiu apresentar a correlação entre os diferentes rácios do Modelo Circumplexo da nossa amostra, em que se verificou efectivamente, que todos os três rácios se encontram positivamente correlacionados (Tabela 3). Como também, entre o rácio da coesão e da flexibilidade ($r = .67, p = .000$), o que significa, como vimos, que quanto mais funcionais são os sistemas familiares numa destas dimensões, mais funcionais serão também na outra, e vice-versa. Ainda, se efectuou correlações entre os três Rácios e a Escala de Comunicação e a Escala de Satisfação Familiares, onde se pode verificar também correlações positivas, excepto entre o Rácio da Flexibilidade Familiar e a Escala da Comunicação ($r = .47, p = .000$) e entre o Rácio da Flexibilidade Familiar e a Escala da Satisfação ($r = .48, p = .000$), que apresentam correlações mais fracas (Tabela 3).

Tabela 3

*Análise das Correlações de Pearson dos Três Rácios do Modelo Circumplexo e das Escalas de Comunicação e Satisfação Familiares^{***}.*

		I	II	III	IV	V
I	Rácio da Coesão Familiar	-	.673	.956	.606	.524
II	Rácio da Flexibilidade Familiar	-	-	.860	.471	.477
III	Rácio do Funcionamento Familiar	-	-	-	.604	.551
IV	Comunicação	-	-	-	-	.685
V	Satisfação	-	-	-	-	-

^{***} $p < .001$.

De seguida, iremos analisar a hipótese 1, que recordando é a seguinte: “Existem diferenças significativas ao nível do funcionamento familiar (flexibilidade, coesão, comunicação e satisfação) em função da situação profissional da família (com emprego vs sem emprego) e dos elementos familiares (pai vs mãe vs filho adolescente)”.

Tendo em conta que estamos na presença de duas variáveis independentes, a situação profissional e os elementos familiares, e cinco variáveis dependentes relativas ao funcionamento familiar (Rácio do Funcionamento Familiar, Flexibilidade, Coesão, Comunicação e Satisfação), foram realizadas 5 *Anovas*. Através destas, foi possível verificar que não existem interações, nem efeitos principais para o Rácio do Funcionamento Familiar, nem para as quatro variáveis/dimensões individuais analisadas, quer para a situação profissional da família (com emprego vs sem emprego), quer para os elementos familiares (pai vs mãe vs filho adolescente). Assim, todos os sujeitos da nossa amostra, percebem o funcionamento familiar de igual forma.

Situação Profissional Familiar, Elementos Familiares e Ideação Suicida

No seguimento, iremos analisar a hipótese 2, que lembrando é a seguinte: “Existem diferenças significativas ao nível da ideação suicida em função da situação profissional da família (com emprego vs sem emprego) e dos elementos familiares (pai vs mãe vs filho adolescente)”.

Tendo em conta que aqui também estamos na presença de duas variáveis independentes, a situação profissional e os elementos familiares, e de uma variável dependente, a ideação suicida, realizámos uma *Anova*. A análise permitiu verificar a não existência de efeitos de interação, mas encontramos um efeito principal da situação profissional na ideação suicida ($F(1)=10.06, p=.002$). Ou seja, as famílias em que pelo menos um dos elementos está desempregado ($M= 1.84$), apresentam maior ideação suicida, do que as famílias em que os dois elementos estão empregados ($M= 1.11$).

No que conta aos elementos familiares, através da *Anova* verificou-se a não existência de interações, nem efeitos principais para a ideação suicida. O que nos indica assim que, não existem diferenças entre os elementos das famílias, no que conta à ideação suicida.

Situação Profissional Familiar, Suporte Social e Ideação Suicida

Por fim, passemos agora à hipótese 3, que recordando é a seguinte “Os níveis de ideação suicida variam em função da situação profissional da família (com emprego *vs* sem emprego) e do suporte social (baixo *vs* alto)”. Ora, uma vez que já sabemos, através da hipótese 2, que os níveis de ideação suicida variam de acordo com a situação profissional familiar, ou seja, verificámos a existência de um efeito principal da situação profissional na ideação suicida. Agora, vamos tentar perceber se estes níveis também variam conforme o suporte social e se existe efeito e/ou interacção. Para podermos levar adiante esta hipótese, a variável suporte social foi dividida em dois grupos (baixo *vs* alto). Assim, o grupo 1 (baixo) vai desde os sujeitos que tiveram a média de suporte social de 0 até 2,3245 e os do grupo 2 (alto) são aqueles que tiveram a média de suporte social desde 2,3245 até 5 na ESSS. Por conseguinte, e visto que estamos na presença de duas variáveis independentes, a situação profissional e suporte social, e de uma variável dependente, a ideação suicida, realizámos uma *Anova*. A análise possibilitou verificar a inexistência de interacções e efeitos principais do suporte social na ideação suicida. O que nos indica assim que, não existem diferenças entre aqueles que percebem o suporte social como baixo e aqueles que o percebem como alto, no que conta à ideação suicida. Mais podemos acrescentar, através da correlação que decidimos realizar (de *Pearson*) entre o suporte social e a ideação suicida, para que pudessemos compreender se o suporte social se encontrava significativamente correlacionado com os valores de ideação suicida, que o suporte social não se correlaciona com a ideação suicida, em todas as famílias da nossa amostra, ou seja, quer nas empregadas, quer nas desempregadas.

Apesar de não ser o nosso foco de análise, também tentámos perceber a relação existente entre a situação profissional e o suporte social e observámos, através de um teste *t-student* que, as famílias sem emprego apresentam maior satisfação na dimensão dos amigos- $M = 2,29$: ($t_{(100)}=2.273$, $p= .025$), do que as famílias com emprego- $M = 1,95$. Sendo que, na Escala Total da ESSS, como também, nas restantes três dimensões que esta escala possui (intimidade, família e actividades sociais), não foram encontradas diferenças, em função da situação profissional das famílias (sem *vs* com emprego).

Discussão

Neste trabalho, analisámos a importância do desemprego à luz do funcionamento familiar, da ideação suicida e do suporte social.

Assim, após a análise dos resultados, podemos constatar as principais conclusões: que ao contrário do esperado, não existem diferenças ao nível do funcionamento familiar entre as famílias com e sem emprego e nos elementos familiares, bem como, ao nível da ideação suicida consoante o suporte social. No entanto, e de acordo com o esperado, observou-se que as famílias sem emprego apresentam significativamente mais ideação suicida, do que as famílias com emprego. Sendo que, no que conta aos elementos, não se verificaram diferenças.

Situação Profissional Familiar, Elementos Familiares e Funcionamento Familiar

Depois da análise da primeira hipótese de investigação, podemos referir que esta não foi confirmada, pois verificou-se que não houve diferenças no funcionamento familiar consoante a situação profissional da família (com emprego *vs* sem emprego) e dos elementos familiares (pai *vs* mãe *vs* filho adolescente). Assim, parece que as famílias com emprego e as famílias sem emprego, bem como os seus elementos, percebem de forma igual, o seu funcionamento familiar. Este resultado, não vai ao encontro com outros estudos empíricos acerca desta temática, que nos dizem que as circunstâncias financeiras negativas e as consequências do desemprego afectam a qualidade das interações familiares (Conger, Conger, Elder, Lorenz, Simons, & Whitbeck, 1992). Alguns autores também referem que o desemprego é um factor crucial na instabilidade conjugal, podendo conduzir a situações de separação/divórcio (Jensen & Smith, 1990; Gudmunson, Beutler, Israelsen, McCoy & Hill, 2007 e Kinnunen & Feldt, 2004). Além disso, os progenitores imersos em discussões entre si, relativas a dificuldades económicas ficam com menos tempo e energia para cumprir o seu papel de progenitores de forma adequada, afectando a relação com os seus filhos (Patterson, 1982; Conger et al., 1992; Broman, Hamilton & Hoffman, 1990 e McLoyd, 1989).

Ora, se no desemprego a família no seu todo e os seus elementos, vivenciam respectivamente momentos de conflitos nas suas interações, instabilidade conjugal, parental e filial, seria expectável que essas famílias apresentassem e relatassem um funcionamento familiar mais disfuncional do que as famílias com emprego. Assim, pensasse que o aconteceu com os participantes da nossa amostra, talvez foi o facto de alguns possuírem estratégias (i.e., *coping*), adaptação (Gouveia Pereira, Abreu & Martins, 2014) e flexibilidade relacionais (Relvas, 2005), que ao certo não sabemos quais, pois as suas análises não foram o nosso

objectivo. Mas, que podem ter estado presentes e os fizeram reagir, contornar, no fundo, protegerem-se contra as consequências negativas que esta situação de crise provoca.

Situação Profissional Familiar, Elementos Familiares e Ideação Suicida

Depois da análise da segunda hipótese de investigação, podemos referir que esta foi confirmada consoante a situação profissional da família, pois chegou-se à conclusão que, as famílias sem emprego apresentam maiores índices de ideação suicida quando comparadas às famílias com emprego. Assim, as famílias em que existe desemprego relatam, mais ideação suicida do que as famílias que não estão no desemprego. Este resultado vai de encontro com outros estudos empíricos acerca desta temática, que nos referem que, as dificuldades económicas, nomeadamente provenientes de situações de desemprego, tem impacto nas ideias suicidas numa família. Ou seja, o desemprego é um factor de risco para a formação de ideias suicidas numa família (Caycedo, Arenas, Benítez, Cavanzo, Leal & Guzmán, 2010; Apter, Bursztein, Bertolote, Fleischmann & Wassermann, 2009 e Kentikelenis, Karanikolos, Reeves, McKee & Stuckler, 2014). No que conta à análise deste facto nos elementos familiares, observou-se que não existiam diferenças significativas na ideação suicida, o que é repreensível. Pois a literatura transmite-nos que, as famílias desempregadas provenientes de situações económicas pobres e de países com grandes turbulências na economia ficam mais expostas a comportamentos de risco (i.e., alcoolismo). Em que estes comportamentos fazem com que os seus elementos, nomeadamente os progenitores e os seus filhos, desenvolvam e potenciem ideias suicidas (Caycedo, Arenas, Benítez, Cavanzo, Leal & Guzmán, 2010; Apter, Bursztein, Bertolote, Fleischmann & Wassermann, 2009 e McLoyd, 1989).

Deste modo, pensasse que este resultado contraditório no que conta aos elementos familiares, deve-se em certa parte ao facto de a própria temática (a ideação suicida), atingir uma parte delicada e íntima da vida dos participantes. O que fez com que, alguns deles, possivelmente, tivessem tido receio desta exposição e não respondessem realmente o que sentem em relação a este assunto.

Situação Profissional Familiar, Suporte Social e Ideação Suicida

Por fim, depois da análise da terceira hipótese de investigação, podemos referir que esta não foi confirmada, pois verificou-se que não existem diferenças ao nível da ideação suicida consoante a percepção de suporte social (baixo vs alto). Este resultado, não vai ao encontro

com outros estudos empíricos acerca desta temática, que nos dizem que o desempregado e respectiva família quando são expostos a situações de isolamento e exclusão (fruto de um suporte social baixo), leva-os conseqüentemente a ficarem mais vulneráveis à formação de ideias suicidas (Welz, Veivel & Hafner, 1988, Rodriguez & Cohen, 1998 e Osiamo, Lahelma & Lönnqvist, 2002). Ainda que, se procedeu a uma análise correlacional (de *Pearson*), para percebermos melhor a relação entre o suporte social e a ideação suicida, que nos permitiu observar que efectivamente, o suporte social não se correlaciona com a ideação suicida, em todas as famílias da nossa amostra. O que também vimos, que não é esta evidência que a literatura nos tenta transmitir, na medida em que ela refere, por exemplo, nos estudos de Jahoda (1979) e Hamler (2000), uma forte correlação entre o desemprego, o isolamento social e o suporte social.

Também verificámos, apesar de não ser o nosso objectivo nesta hipótese, a relação entre a situação profissional familiar e o suporte social, no qual realizámos um teste *t-student*. Que nos permitiu observar, que as famílias sem emprego apresentam maior satisfação na dimensão dos amigos, do que as famílias com emprego. Sendo que este resultado vai ao encontro com a revisão de literatura existente acerca desta temática, pois a situação de isolamento e exclusão social que as famílias sem emprego ficam vulneráveis, faz com estas vejam o suporte social como um recurso importante durante este período de crise. Ora, se o suporte social ajuda o indivíduo desempregado e a sua família a não isolarem-se, portanto a protegerem-se contra a deterioração da sua saúde e bem-estar (Gore, 1978), atenuando os efeitos negativos que o desemprego traz ou pode trazer (Slesbarska, Moser e Gunnesch-Luca, 2009), é expectável que o suporte social seja mais procurado nas famílias sem emprego do que nas famílias com emprego. Se assim acontece, também pode ser visto como mais praticado por aqueles que são interpelados por aquele(s) que precisa(m) de ajuda. Logo, podemos pegar nestas conjecturas e utilizá-las para reflectir o porquê de estas famílias desempregadas apresentaram maior satisfação na dimensão dos amigos. Pois, por estarem a viver uma situação de crise (desemprego), apelam mais ao apoio social, e necessariamente são mais apoiadas pelos outros indivíduos externos à família, neste caso, os amigos (Yang & Clum, 1994).

Estas conclusões referentes às nossas hipóteses de investigação suscitaram-nos confusão, uma vez que, e como observámos, algumas não vão de encontro com outros estudos e conclusões já existentes sobre a temática. Mas, se pensarmos em algumas reflexões feitas e limitações que serão alvo de explicitação adiante, cremos que elas tenham alguma relação com estes resultados e portanto, poderão ser melhor esclarecidas em investigações futuras.

Posto isto, este tema é, de facto, complexo e os dados obtidos com este estudo, apesar de serem alguns contraditórios, revelam-se pertinentes e merecem ser aprofundados de modo a possibilitar uma melhor clarificação dos diferentes resultados e estudos acerca desta temática. E portanto, necessita inegavelmente de maior investigação, sendo este estudo uma antevisão de novas perspectivas de investigação.

LIMITAÇÕES, CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSTAS PARA FUTUROS ESTUDOS

Actualmente aqueles que têm emprego e aqueles que não o têm são divididos por uma fronteira cada vez mais incerta e frágil, o que faz com que hoje em dia haja mais situações de desemprego. Este tema foi o principal foco de análise desta dissertação, estando a tónica especificamente colocada no funcionamento familiar, na ideação suicida e no suporte social durante este período. Tendo em conta os resultados obtidos com este estudo, e para os percebemos melhor, podemos reflectir algumas limitações mais importantes que podem ter influenciado estes de alguma forma e pensar como investigações futuras podem enriquecer esta temática.

Relativamente aos instrumentos, seria relevante a existência de um instrumento que pudesse ser introduzido neste tipo de estudos, que medisse de forma exacta e fidedigna, a influência que a pressão económica, fruto das dificuldades económicas provocadas por exemplo pelo desemprego, tem no funcionamento familiar e nos elementos familiares.

Já no que conta aos participantes, existem vários aspectos em ter em conta, primeiro, a sua dimensão, ou seja, podemos observar, que apesar de termos evocado o Teorema do Limite Central e assumirmos a distribuição normal, a amostra mesmo assim é reduzida. Por isso, também sugerimos que em futuras investigações, trabalhem com um maior número de famílias, para que haja resultados mais fidedignos e possíveis de serem generalizados para a população; segundo, pensa-se que alguns dos participantes ‘contaminaram’ as respostas aos questionários e inequivocamente, os resultados obtidos. Isto é, pensa-se que os participantes tiveram receio que a investigadora pudesse de alguma forma, identificá-los nos questionários e portanto, ficar a par de alguma informações íntimas e delicadas. E por isso mesmo, estes podem ter respondido de acordo com a desejabilidade social. Apesar de que se acredita que, nem todos o fizeram, pois como vimos, é possível que algumas das famílias desempregadas, não tenham sido suficientemente afectadas por esta crise, quanto ao seu funcionamento

familiar. Isto porque s podem ter utilizado estratégias (i.e, *coping*), podem-se ter adaptado, flexibilizado face à crise e atenuaram de alguma forma, os efeitos negativos que o desemprego pode trazer. No entanto, não sabemos ao certo quais foram essas estratégias, pois a sua análise não foi o nosso objectivo. Assim, seria igualmente interessante em estudos futuros, introduzir algum instrumento que permita ao investigador perceber se foram ou não utilizadas, por parte das famílias e seus elementos, estratégias para contornar a situação de crise.

Deste modo, o fenómeno do desemprego está na ordem do dia e cremos que este estudo, apesar de todas as suas limitações que lhe são inerentes, se revela uma boa abordagem introdutória e inovadora relativa ao actual ponto de situação do impacto do desemprego nos sistemas familiares na nossa sociedade. Assim, também é de destacar também vários aspectos favoráveis desta investigação, primeiro, este estudo conseguiu analisar as percepções de todos os elementos da família que importavam ao estudo (pai, mãe e filho adolescente), e portanto não se restringiu apenas às percepções de um único elemento, que como vimos a maior parte da investigação o faz. Assim, foi um estudo que se preocupou em ter uma visão sistémica e mais próxima da realidade da problemática do desemprego, ao invés de uma visão individualista; segundo, esta investigação igualmente se preocupou em avaliar o funcionamento familiar e a ideação suicida, quer dando conta do sistema familiar no seu todo, quer dando conta dos elementos diferenciados dentro do sistema familiar; e terceiro, esta investigação introduziu uma relação entre a situação profissional familiar, a ideação suicida e o suporte social, relação essa ainda muito pouco presente na literatura.

No final desta dissertação fica-nos a certeza de que há muito por conhecer e explorar nesta área da investigação, pelo que ocorre-nos mais algumas sugestões que poderão ser estudadas no seguimento deste trabalho. Assim, seria relevante perceber em estudos futuros, por exemplo, se os resultados no que concerne ao funcionamento familiar e suporte social, seriam ou não diferentes, quanto maior fosse a duração do desemprego. Como perceber também, por exemplo, se a idade tem alguma preponderância também nos resultados destas variáveis, pois podemos lidar com participantes com uma grande discrepância de idades. Que contempla portanto, quer indivíduos que perderam e estão à procura dos primeiros empregos- com menos idade, e quer indivíduos que por vezes encontram no desemprego a única estratégia possível para poderem entrar, por exemplo, na pré-reforma- com mais idade. Ainda, seria enriquecedor, para perceber melhor o impacto do desemprego nos sistemas familiares, se se optasse por estudos longitudinais, que permitissem acompanhar todo o processo da situação de desemprego, no indivíduo desempregado e sua família. Isto é, desde a

confrontação do sujeito com a sua primeira vez no desemprego, até ao seu regresso no mercado de trabalho. Por fim, seria também interessante estudar outras variáveis que igualmente se demonstram importantes nesta temática e que ainda não foram alvo de análises mais aprofundadas, como por exemplo, as expectativas e as emoções que o indivíduo desempregado e a sua família ‘vivem’ durante esta crise. No fundo, perceber como é que estes lidam e gerem as emoções e as expectativas durante este período.

Referências

- Alarcão, M. (2000). *(Des)Equilíbrios familiares*. Coimbra, Portugal: Quarteto.
- Alfaro, A. C., Valdés, J. A., Suárez, R. M., Prado, J. K. T., & Echemendía, B. (2010). Causas y factores asociados con el intento de suicidio en adolescentes en la provincia Sancti Spíritus. *Revista Cubana de Higiene y Epidemiología*, 48 (1), 15-23.
- Andrade, G. R. B., & Vaitsman, J. (2002). Apoio social e redes: Conectando solidariedade e saúde. *Ciência e Saúde Colectiva*. 74 (4), 925-934.
- Apter, A., Bursztein, C., Bertolote, M. J. Fleischmann, A., & Wasserman, D. (2009). Suicide on all the continents in the young. In D. Wasserman, & C. Wasserman (Eds.), *Oxford textbook of suicidology and suicide prevention* (pp. 621–627). Oxford, UK: Oxford University.
- Asch, S. (1980). Suicide and the hidden executioner. *International Review of Psychoanalysis*, 7(1), 51–60.
- Au, A., Lau, S., & Lee, M. (2009). Suicide ideation and depression: The moderation effects of family cohesion and social self-concept. *Adolescence*, 44(176), 851-868.
- Auloos, G. (1996). *A competência das famílias: Tempo, caos e processo*. Lisboa, Portugal: Climepsi.
- Beck, A., Kovacs, M., & Weissman, A. (1979). Assessment of suicidal ideation: The scale for suicidal ideators. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 47(2), 343–352.

- Berenzon, S., González, C., Tello, A., Facio, D., & Medina, M. (1998). Ideación suicida y características asociadas en mujeres adolescentes. *Salud Publica Mex*, 40 (10), 430-437.
- Bergman, C. S., Plomin, R., & Pederson, N. L. (1990). Genetic and environmental influences social support: The Swedish adoption/twin study of aging (SATSA). *Journal of Gerontology: Psychological Science*, 45, 101-106.
- Bertalanffy, L. V. (1975). *Teoria geral dos sistemas*. Petropolis, RJ: Vozes.
- Borges, V. R., Werlang, B. S., & Paranhos, M. E. (2004). Ideação suicida em adolescentes fora de um contexto clínico. In J. Ribeiro, & I. Leal, (Eds.), *Actas do 5º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde* (pp. 231-237). Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Bradley S., Kramer, T., Garralda, M. E., Bower, P., Macdonald, W., Sibbald, B., Harrington, R. (2003). Child and adolescent. *Mental Health*, 8 (4), 170–176.
- Brent, D. A., & Mann, J. J. (2013). Familial pathways to suicidal behavior: Understanding and preventing suicide among adolescents. *Journal of Medicine the New England*, 355 (26), 2729-2721.
- Broman, C. L., Hamilton, V. L., & Hoffman, W. S. (1990). Unemployment and its effects on families: Evidence from a plant closing study. *American Journal of Community Psychology*, 18, 643-659.
- Buitrago, S. C. C. (2011). Factores de riesgo asociados a conductas suicidas en niños y adolescentes. *Archivos de Medicina*, 11 (1), 62-67.
- Caycedo, A., Arenas, M. L., Benítez, M., Cavanzo, P., Leal, G., & Guzmán, Y. R. (2010). Características psicosociales y familiares relacionadas con intento de suicidio en una población adolescente en Bogotá–2009. *Pers bioét.*, 14 (2), 205-213.
- Chen, X., Dong, O., & Zhou, H. (1997). Authoritative and authoritarian parenting practices and social and school performance in Chinese children. *International Journal of Behavioral Development*, 21(4), 855–873.

- Chen, L., Li, W., He, J., Wu, L., Yan, Z., & Tang, W. (2012). Mental health, duration of unemployment and coping strategy: A cross-sectional study of unemployed migrant workers in eastern china during the economic crisis. *BMC Public Health, 12* (1), 597.
- Cimarolli, V. R., & Wang, S. (2006). Differences in social support among employed and unemployment adults who are visually impaired. *Journal of Visual Impairment & Blindness, 100* (9), 545-556.
- Lightfoot, C., Cole, M., & Cole, S. R. (2008). *The development of children*. New York, NY: Worth.
- Conger, R. D., Conger, K. J., Elder, G. H., Lorenz, F. O., Simons, R. L., & Whitbeck, L. B. (1992). A family process model of economic hardship and adjustment of early adolescent boys. *Child Development, 63*(3), 526–541.
- Cramer, D., Henderson, S., & Scott, R. (1997). Mental health and desired social support: A four-wave panel study. *Journal of Social and Personal Relationships, 14* (6), 761-775.
- Cutrona, C. E., & Russell, D. W. (1990). Type of social support and specific stress: Toward a theory of optimal matching. In B. R. Sarason, I. G. Sarason, & G. R. Pierce (Eds.), *Social support: An interactional view* (pp. 319-367). New York, NY: Wiley.
- Dekovic, M., & Meeus, W. (1995). Emotional problems in adolescence. In M. du Bois-Reynolds, R. Diekstra, K. Hurrelman, & E. Peters (Eds.), *Coping strategies and status transitions in adolescence* (pp. 225-241). Berlin/New York: Gruyter.
- De Man, A. F., Labreche, L., & Leduc, C. P. (1993). Parent–child relationships and suicidal ideation in French-Canadian adolescents. *Journal of Genetic Psychology, 154*(1), 17–23.
- Dimas, I., Pereira, M., Canavarro, M. (2013). Ajustamento psicossocial, ajustamento diádico e resiliência no contexto de desemprego. *Análise Psicológica, 31*(1), 3-16.
- Downey, G. & Coyne, J. C. (1990). Children of depressed parents: An integrative review. *Psychological Bulletin, 108*(1), 50-76
- Durand, D. (1992). *A Sistémica*. (5^a ed.). Lisboa, Portugal: Dinalivro.

- Eisenberg, N., & Murphy, B. (1995). Parenting and children's moral development. In B. H. Bornstein (Eds.), *Handbook of parenting: Applied and practical parenting* (Vol. 4, pp. 227-257). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Erikson, E. H. (1968). *Identidade: Juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Evans, E., Hawton, K., & Rodham, K. (2004). Factors associated with suicidal behavior phenomena in adolescents: A systematic review or population-based studies. *Clinical Psychology Review, 24*, 957-979.
- Fensterseifer, L., Werlang, B. S., Seminotti, E., & Lima, G. Q. (2004). Dor psicológica em adolescentes com e sem ideação suicida. In J. Ribeiro, & I. Leal, (Eds.), *Actas do 5º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde* (pp. 223-230). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ferreira, J. A., & Castela, M. C. (1999). Questionário de ideação suicida (Q.I.S). In M. Simões, M. Gonçalves, & L. Almeida (Eds.), *Testes e provas psicológicas em portugal* (Vol. 2, pp. 123-130). Braga, Portugal: Sistemas Humanos e Organizacionais.
- Fleming, J. E., Boyle, M. H., & Offord, D. R. (1993). The outcome of adolescent depression in the ontario child health study follow-up. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry, 32*, 28-33.
- Fong, Y. Y. (1993). A study on suicidal ideation and attempted suicide in 316 secondary school students. *Hong Kong Journal of Mental Health, 22*, 43-49.
- Fox, G. L., & Chancey, D. (1998). Sources of economic distress: Individual and family outcomes. *Journal of Family Issues, 19*, 725-749.
- Francisco, M. (2004). *O significado psicológico do desemprego*. Tese de Mestrado não publicada. Coimbra, Portugal: Universidade de Coimbra.
- Gameiro, J. (1994). *Quem sai aos seus...* Porto, Portugal: Afrontamento.
- Gore, S. (1978). The effect of social support in moderating the health consequences of unemployment. *Journal of Health and Social Behavior, 19*, 157-165.
- Guarino, L., & Sojo, V. (2010). Apoyo social como moderador del estrés en la salud de los desempleados. *Universitas Psychologica, 10* (3), 867-879.

- Gudmunson, C. G., Beutler, I. V., Israelsen, C. L., McCoy, J. K., & Hill, E. J. (2007). Linking financial strain to marital instability: Examining the roles of emotional distress and marital interaction. *Journal of Family and Economic Issues*, 28, 357–376.
- Gouveia Pereira, M., Abreu, S., & Martins, C. (2014). Como funcionam as famílias de adolescentes com ideação suicida? *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27(1), 171-178.
- Grob, M., Klein, A., & Eisen, S. (1983). The role of the high school professional in identifying and managing adolescent suicidal behavior. *Journal of Youth and Adolescence*, 12, 163–173.
- Grotevant, H. D. (1998). Adolescent development in family contexts. In W. Damon & N. Eisenberg (Eds.), *Handbook of child psychology: Social, emotional and personality development* (Vol. 3, pp. 1097-1149). New York: John Wiley.
- Grotevant, H. D., & Cooper, C. R. (1998). Individual and connectedness in adolescent development: Review and prospects for research on identity, relationships, and context. In E. Skoe & A. von der Lippe (Eds.), *Personality development in adolescence: A cross national and life Span perspective* (pp. 3-37). London: Routledge.
- Hall, A. D., & Fagan, R.E. (1956). Definition of a system. *Yearbook of the Society for the Advancement of General Systems Theory*, 1, 18-28.
- Hammer, T. (2000). Mental health and social exclusion among unemployed youth in Scandinavia: A comparative study. *Journal International of Social Welfare*, 9, 53-63.
- Harper, C., Jones, N., McKay, A., & Espey, J. (2009). *Children in times of economic crisis: Past lessons, future policies*. Background Note: Overseas Development Institute.
- Harter, S. (1999). *The construction of the self: A developmental perspective*. New York: Guilford.
- Hobfoll, S. E., & Vaux, A. (1993). Social support: Social resources and social context. In L. Goldberger, & S. Breznitz (Eds.), *Handbook of stress* (pp. 685-705). New York: Free.
- Instituto Nacional de Estatística (2013). *Estatísticas do Emprego: 3º Trimestre de 2013*. Lisboa, Portugal: Departamento de Estatística.

- Jahoda, M. (1979). The impact of unemployment in the 1930s and the 1970s. *Bulletin of the British Psychological Society*, 32, 309 - 314.
- Jensen, P., & Smith, N. (1990). Unemployment and marital dissolution. *Journal of Population Economics*, 3, 215-229.
- Kadushin, A., & Martin, J. (1988). *Child welfare services* (4^a ed.). New York: MacMillan.
- Kentikelenis, A., Karanikolos, M., Reeves, A., McKee, M., & Stuckler, D. (2014). Greece's health crisis: From austerity to denialism. *The Lancet*, 383 (22), 748-753.
- Kinnunen, U., & Felt, T. (2004). Economic stress and marital adjustment among couples: Analyses at the dyadic level. *European Journal of Social Psychology*, 34, 519-531.
- Kleiman, E. M., & Riskind, J. H. (2012). Utilized social support and self-esteem mediate the relationship between perceived social support and suicide ideation: A test of a multiple mediator model. *The Journal of Crisis Intervention and Suicide Prevention*, 12(1), 1-8.
- Kölves, K. (2010). Child suicide, family environment, and economic crisis. *The Journal of Crisis Intervention and Suicide Prevention*, 31(3), 115-117.
- Kroll, L. E., & Lampert, T. (2011). Unemployment, social support and health problems: Results of the GEDA study in Germany, 2009. *Deutsches Ärzteblatt International*, 108 (4), 47-52.
- Lai, K. W., & Chang, C. M. (2001). Suicidal ideation, parenting style, and family climate among Hong Kong adolescents. *International Journal of Psychology*, 36 (2), 81-87.
- Lau, W. M. (1994). Fatal suicides among children and adolescents 1992-1994. *Bulletin of the Hong Kong Psychological Society*, 32, 105-112.
- Laursen B., Coy, K. C., & Collins, W. A. (1998). Reconsidering changes in parent-child conflict across adolescence: A meta-analysis. *Child Development*, 69, 817-832.
- Macedo, C., Nunes, C., Costa, D., Nunes, A., Lemos, L. (2013). Apoio social, acontecimentos stressantes, adaptabilidade e coesão em famílias em risco psicossocial. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 14 (2), 304-312.
- Macfarlane, A., & McPherson, A. (2001). *Adolescentes: da agonia ao ecstasy*. Lisboa, Portugal: Europa-América.

- Marôco, J. (2010). *Análise estatística com o PASW Statistics (ex-SPSS)* (4ª Ed.). Pêro Pinheiro: Report Number.
- Marttunen, M. J., Aron, H. M., Henriksson, M. M., & Lonnqvist, J. K. (1994). Antisocial behavior in adolescent suicide. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 89, 167- 173.
- Matos, M. G., & Sampaio, D. (2009). *Jovens com saúde: diálogo com uma geração* (1ª ed.). Portugal: Texto.
- Matta, D. S., Knudson-Martin, C. (2006). Father responsivity: Couple processes and the co construction of fatherhood. *Family Process*, 45, 19-37.
- McLoyd, V. C. (1989). Socialization and development in a changing economy: The effects of paternal job and income loss on children. *American Psychologist*, 44, 293–302.
- Mendoza, J. (2009). *Escuela para padres: El funcionamiento familiar*. México, DF: Asociación Oaxaqueña de Psicología A. C., Centro Regional de Investigación en Psicología.
- Menezes, I. (2005). O desenvolvimento psicossocial na adolescência: Mudanças na Definição de Si Próprio, nas Relações com os Outros e na Participação Social e Cívica. In G. L. Miranda, & S. Bahia (Orgs.), *Psicologia da Educação: Temas de desenvolvimento, aprendizagem e ensino* (pp. 43-51). Lisboa: Relógio D'Água.
- Mesquita, C., Ribeiro, F., Mendonça, L., & Maia, A. (2011). Relações familiares, humor deprimido e comportamentos autodestrutivos em adolescentes. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 3, 7-19.
- Minuchin, S. (1988). *Famílias, funcionamento e tratamento*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Nunes, C., Lemos, I., Costa, D., Nunes, L., & Almeida, A. S. (2011). Social support and stressful life events in Portuguese multi-problem families. *Journal International of Developmental and Educational Psychology*, 1 (5), 497-505.
- Oliveira, A., Amâncio, L., & Sampaio, D. (2001). Arriscar morrer para sobreviver. Olhar sobre o suicídio adolescente. *Análise Psicológica*, 4 (19), 509-521.
- Olson, D. H. (2000). Circumplex model of marital and family systems. *Journal of Family Therapy*, 22(2), 144-167.

- Olson, D. H., & Gorall, D. (2006). *FACES IV & the Circumplex Model*. Manuscrito submetido para publicação.
- Olson, D. H. (2011). FACES IV and the circumplex model: Validation study. *Journal of Marital & Family Therapy*, 3(1), 64-80.
- Osiama, A., Lahelma, E., & Lönnqvist, J. (2002). Determinants of attempted suicide in an urban environment. *Nord J Psychiatry*, 56(1), 451-456.
- Paikoff, R. L., & Brooks-Gunn, J. (1991). Do parent-child relationships change during puberty? *Psychological Bulletin*, 110, 47-66.
- Patterson, G. R. (1982). *Coercive family process*. Castalia: Eugene.
- Relvas, A. P. (1995). *O ciclo vital da família: Perspectiva sistémica*. Porto. Afrontamento.
- Relvas, A. P. (2005). Família e stress, das crises normativas às crises inesperadas: Como intervir numa perspectiva sistémica. In *Stress e bem-estar: Modelos e domínios de aplicação* (pp. 43-58). Lisboa, Portugal: Climepsi.
- Reyes, W. G., & Miranda, N. T. (2001). Intento suicida y funcionamiento familiar. *Revista Cubana Med Gen Integr*, 17(5), 452-460.
- Reynolds, W. M. (1988). *Suicidal ideation questionnaire: Professional manual*. Odessa: Psychological Assessment Resources.
- Ribeiro, J. L. P. (1999). Escala de satisfação com o suporte social (ESSS). *Análise Psicológica*, 3 (17), 547-558.
- Rodrigues, F. C. (2000). O corpo humano e a saúde. *Didacta: Enciclopédia Temática Ilustrada.*, 7, 1- 291.
- Rodriguez, M. S., & Cohen, S. (1998). Social support. *Encyclopedia of Mental Health*, 3, 535-544.
- Sáez-Santiago, E. & Rosselló, J. (2001). Relación entre el ambiente familiar, los síntomas depresivos y los problemas de conducta en adolescentes Puertorriqueños. *Interamerican Journal of Psychology*, 35, 113-125.
- Sampaio, D. (1989). Suicídio: ninguém morre sozinho. In *Psiquiatria de ligação e psicossomática: workshops do serviço de psiquiatria do hospital de santa maria* (pp. 119-123). Lisboa, Portugal: Delagranje.

- Sampaio, D., Oliveira, A., Vinagre, M. G., Gouveia-Pereira, M., Santos, N., & Ordaz, O. (2000). Representações sociais do suicídio em estudantes do ensino secundário. *Análise Psicológica*, 2 (18), 139-155.
- Sampaio, D., & Gameiro, J. (2002). *Terapia familiar*. Porto, Portugal: Afrontamento.
- Sant, P. M. H. (1997) La Familia Funcional y Disfuncional, un indicador de salud. *Rev. Cubana Virtual en Salud*, 13(6), 591-595.
- Santos, C. S. V. B., Ribeiro, J. P., & Lopes, C. (2003). Estudo de adaptação da escala de satisfação com o suporte social (ESSS) a pessoas com diagnóstico de doença oncológica. *Análise Psicológica*, 4(2), 185-204.
- Santos, M. J. (2006). Modelos psicológicos do suicídio. In B. Peixoto, C. B. Saraiva, & D. Sampaio, (Eds.) *Comportamentos Suicidários em Portugal* (pp. 86-94). Coimbra, Portugal: Sociedade Portuguesa de Suicidologia.
- Saraiva, C. (1999). *Para-suicídio*. Coimbra, Portugal: Quarteto.
- Sarason, I. G., Levine, H. M., Basham, R. B., & Sarason, B. R. (1983). Assessing social support: The social support questionnaire. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44 (1), 127-139.
- Segalen, M. (1999). *Sociologia da família*. Lisboa, Portugal: Terramar.
- Shaffer, D., & Pfeffer, C. R. (2001). Practice parameter for the assessment and treatment of children and adolescents with suicidal behavior. *Journal of Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 7, 24-51.
- Slebarska, K., S., Moser, K., & Gunnesch-Luca, G. (2009). Unemployment, social support, individual resources, and job search behavior. *Journal of employment counseling*, 46, 159-170.
- Souza, C. L. C., & Benetti, S. P. C. (2008). Paternidade e desemprego: Características do envolvimento paterno e aspectos do relacionamento familiar. *Contextos Clínicos*, 1(2), 61-71.
- Souza, L. D., Silva, R. A., Jansen, K., Kuhn, R. P., Horta, B. L., & Pinheiro, R.T. (2009). Suicidal ideation in adolescents aged 11 to 15 years: Prevalence and associated factors. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 32(1), 37-41.

- Sprintall, N., & Collins, A. (2003). *Psicologia do adolescente: Uma abordagem desenvolvimentista* (3ª ed.). Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vaz Serra, A. (2007). *O stress na vida de todos os dias* (3ª ed.). Coimbra, Portugal: Minerva.
- Watzlawick, P., Beavin, J. & Jackson, D. (1967). *Pragmática da comunicação humana: Um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação*. São Paulo, SP: Cultrix.
- Weiss, B., Dodge, K. A., Bates, J. E., & Pettit, G. S. (1992). Some consequences of early harsh discipline: Child aggression and maladaptive social information processing style. *Child Development*, 63, 1321–1335.
- Welz, R., Veivel, T. O., & Hafner, H. (1988). Social support and suicidal behavior. In *Current issues of suicidology* (pp. 322-327). Berlin: Springer.
- Werlang, B. S. G., Borges, V. R., & Fensterseifer, L. (2005). Factores de risco ou proteção para a presença de ideação suicida na adolescência. *Revista Interamericana de Psicologia*, 39(2), 259-266.
- Wethington, E., & Kessler, R. C. (1986). Perceived support, received support, and adjustment to stressful life events. *Journal of Health and Social behavior*, 27, 78-89.
- World Health Organisation. (2011). *Suicide prevention and special programmes*. Obtido em Outubro, 2014, em http://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/suicideprevent/en/index.html
- Yang, B., & Clum, G. A. (1994). Life stress, social support, and problem-solving skills predictive of depressive symptoms, hopelessness, and suicide ideation in an Asian student population: A test of a model. *Suicide and Life Threatening Behavior*, 24(2), 127–139.
- Yur'yev, A., Värnik, A., Värnik, P., Sisask, M., & Leppik, L. (2012). Employment status influences suicide mortality in Europe. *International Journal of Social Psychiatry*, 58(1), 62-68.
- Zicavo, N., Palma, C., & Garrido, G. (2012). Adaptación y validación del faces-20-ESP: Reconociendo el funcionamiento familiar en Chillán, Chile. *Revista Latino Americana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 10 (1), 219-234.